

EDITORIAL DO LIXO E DO LUXO

É do senso comum que os percursos vitais não se desenvolvem linearmente mas por picos. Com as palavras *idem*: têm fases de silêncio ou de fortuna. Assim aconteceu com uma das menos prováveis: *lixo* que nos últimos tempos e por malfadadas razões passou de simples palavra disponível a termo frequente. E, não apenas por mero nexos linguístico, outra se lhe juntou na ribalta deste ressurgimento: *luxo*. No espaço duma vogal, toda a tensão dos contrários.

Do significado comum de “materiais sólidos considerados sem utilidade, supérfluos ou perigosos”, “sujidade”, “imundície”, “desperdício(s)”, para “o que deixa de ter préstimo” e por tal se rejeita e deita fora, passa o significado de *lixo* para o espectro humano e regista-se já em Rafael BLUTEAU, no seu *Vocabulário Portuguez e Latino* (1712-1721, 8 volumes), como: “O Lixo do povo. A gente mais vil, mais bayxa”. São sobras da combustão da vida...

É o mais doloroso dos lixos, aquele a que se condenam os humanos – os rejeitados e os esquecidos, todos aqueles que vivem na miséria e na solidão extremas, ou que, desvinculados do tecido social,



Gravura de Lima de Freitas (1984)

se dedicam a actividades marginais como o roubo, a droga, a prostituição. A “gente vil e mais baixa” de Bluteau, a “ralé” dos dicionários comuns, o “lumpen” na sua designação mais sofisticada e técnica...

Que luxo se lhe aproxima? Aparentemente no outro extremo, aí o temos: o *luxo*, que o mesmo Bluteau logo define com uma coloração negativa: “Demasiado gasto e ostentação em vestidos, móveis, banquetes”, “Estado ou trato de quem vive com luxo” e que os dicionários

de uso registam como “sumptuosidade, aparato, fausto, pompa, capricho, extravagância”. E eis que encontro em Vieira a matriz do que, nos dias de hoje, parece a sua significação mais versada: “Todos querem mais do que podem, nenhum se contenta com o necessário, todos aspiram ao supérfluo, e isto é o que se chama Luxo. Luxo na pessoa, luxo no vestido, luxo na mesa, luxo na casa, luxo no estrado [parte da cama sobre que assenta o colchão], luxo nos filhos, luxo nos criados” (in *Sermões*). Numa tonalidade mais mitigada, *luxo* pode referenciar “o sofisticado”, “o supérfluo”, vide “o efémero”. Nesta última acepção, e relativamente ao eixo da Necessidade, pode considerar-se numa posição afim do *lixo*: aquilo que não é necessário versus aquilo que *já não é necessário*.

E se muitos luxos acabam no lixo, lixos há que, pela sua sofisticada proveniência científica e tecnológica, são “de luxo”: *lixo financeiro*, ditado pelo rigor corrosivo das tão citadas agências de *rating*; *lixo informático*, em avassaladora expansão; o insuspeitado *lixo espacial* que orbita a Terra; todos os temíveis *lixos tóxicos* e o nefando *lixo nuclear*.

Mas há também o luxo que absorve e reabilita o que a Natureza aparentemente rejeita, tais as pérolas, o âmbar, as gemas preciosas que mais não são que pedras brutas que o engenho humano laboriosamente transforma e enobrece. Se há luxo nos adereços e ornamentos e na dissipação dos bens, ele também requer a Excelência, numa graduação e exposição do Valor que gera desejo de Posse mas também de Perfeição. No seu extremo, o lixo é a morte de tudo o que se considera sem valor – é rejeição e renúncia – enquanto o luxo cativa o que vale, material e esteticamente e faz disso (a)tributo de um *status* e de uma visão aprimorada da existência – é tentação e exaltação.

Mas se os olharmos sem paixão, logo nos apercebemos de que *lixo* e *luxo* mais não fazem que incorporar o ritmo bipolar do Acontecer e da Vida – o esquecido e o exaltado, o sombrio e o iluminado.

Haverá nexos harmonizador de tal dis-paridade?

Quiçá o gesto perene, generoso e firme da Solidariedade e da Regeneração.

Maria Lúcia Garcia Marques

POBREZA, CRISE E UM CRUZAMENTO DE OLHARES

Manuela Silva¹

1. A pobreza e as suas causas

A pobreza é um fenómeno que releva de vários factores causais. Uns de natureza individual e outros – os mais determinantes – que são consequência de um modo de funcionamento da economia e da sociedade gerador de exclusão social.

Há pobres, que sempre o foram, e ao longo de sucessivas gerações, devido a um círculo de perpetuação de causas da pobreza, com destaque para razões de falta de saúde, de educação e qualificação profissional, status e estigma social, maternidade e paternidade precoces, baixa auto-estima, dependências várias de álcool e drogas e outras disfunções sociais. Não se conclua, porém, apressadamente, que esta pobreza crónica é uma fatalidade, uma espécie de má sorte e uma inevitabilidade. Toda a sociedade moderna bem organizada não deve ignorar os seus membros mais desfavorecidos e tem o dever de ir ao encontro das suas debilidades através de uma intervenção social, esclarecida, individualizada e persistente, dirigida à remoção das causas deste tipo de pobreza e orientada para promover a autonomia dos empobrecidos, criando condições propícias à igualdade de oportunidades. Exige-o a dignidade de toda a pessoa humana; impõe-no o dever de solidariedade, um dos valores nucleares da matriz da civilização ocidental.

Por outro lado, não pode ignorar-se que, além da pobreza crónica, existe, hoje, uma pobreza recente, uma “nova pobreza” que deve atribuir-se, directamente, ao modo como vem funcionando a economia capitalista e às disfuncionalidades decorrentes de uma globalização sem regras e dominada pela lógica dos mercados financeiros e do máximo lucro do capital. Uma tal pobreza atinge os trabalhadores com salários baixos, empregos precários e desqualificados, os excluídos do mercado de trabalho por dificuldade de acesso a trabalho digno ou por desemprego involuntário; os reformados com pensões exíguas em relação ao custo de vida, os endividados sem recursos para fazer face aos encargos assumidos, etc.

Há pobreza que resulta também de dificuldades no acesso à habitação ou de lacunas na acessibilidade a equipamento social de apoio à guarda de crianças pequenas, prestação de cuidados a idosos e doentes, modalidades e montantes das prestações sociais em geral, decorrentes de falha no desempenho das funções de bem-estar social por parte do Estado.

Há, ainda, a pobreza que resulta de um modelo de economia consumista que, permanentemente, cria novas necessidades e impõe padrões de consumo e estilos de vida que, em muitos casos, dão origem à má gestão dos recursos das famílias e as levam ao empobrecimento relativo.

A crise que, presentemente, atravessa a nossa economia e a nossa sociedade e as medidas de ajustamento impostas pelos credores vêm certamente agravar a já elevada desigualdade na repartição do rendimento e aumentar a exclusão social. O plano de emergência social apresentado pelo Governo poderá atenuar as consequências de alguns estragos das medidas de austeridade, mas não poderá alterar as causas geradoras da nova pobreza, a que só um projecto de desenvolvimento humano orientado para as pessoas e a sua qualidade de vida e para o bem comum poderá dar resposta.

É essa uma tarefa primordial dos políticos, e, em particular do governo e demais instituições da República, num contexto mundial e comunitário que reconhecemos ser particularmente adverso.

Não existe, porém, mudança radical na sociedade sem que surja uma nova mentalidade colectiva favorável à busca de novos caminhos

no aproveitamento dos recursos nacionais e na organização da vida pessoal e colectiva. É neste plano que o evangelho e toda a tradição judaico-cristã se apresentam como fonte inesgotável de sabedoria.

O testemunho dos santos é fonte de inspiração para a necessária revisitação e reconstrução de uma mundividência do século XXI construtiva de futuro e de convivialidade.

2. Que tem Francisco de Assis para nos dizer hoje?²

Recorro a São Francisco de Assis, ele que, no seu tempo, procurou viver a radicalidade do evangelho. Trata-se de uma personalidade histórica que viveu num tempo de crise, na viragem do século XII para o século XIII.

2.1 Dados biográficos

Sabemos que terá nascido em Assis, em 1181 ou 1182. Não se pode precisar esta data, pois é incerto o dia exacto do seu nascimento. A Igreja celebra a data da sua morte a 3 de Outubro de 1226.

Sabemos que pertencia a uma família abastada. O seu pai era grande negociante de panos, habituado a viajar fora do país (a globalização ensaiava alguns passos...). É, aliás, no regresso de uma das suas viagens ao sul de França que o pai lhe muda o nome de baptismo, João Bradarone, para Francisco. E é com o nome de Francisco de Assis, sua terra natal, que ficou para a história.

Convém recordar que a transição do século XII para o século XIII foi marcada por conflitos vários, nos quais Francisco se envolveu durante a sua juventude.

Em síntese, podemos dizer que Francisco de Assis experimentou o fervor dos combates de cavalaria em defesa da sua cidade e dos seus interesses de classe burguesa na luta contra o império assim como, posteriormente, se empenhou, fora dos campos das batalhas, em viabilizar uma sociedade mais fraterna e solidária para com os mais pobres. Enfrentou a rivalidade com a cidade vizinha de Perugia e aí ficou prisioneiro durante um ano. Tomou partido nos confrontos entre o Imperador e o Papa. A Europa de então estava, literalmente, a ferro e fogo e o jovem cavaleiro corria os riscos próprios da sua época para fazer vingar os seus ideais. É próprio dos tempos de crise que os mais argutos e generosos acreditem na mudança que se anuncia como nova realidade emergente e dêem o melhor de si para a viabilizarem. Então, como agora.

Quando olhamos para a nossa época, também temos a intuição de que se anunciam tempos novos: os fundamentos do actual sistema económico de matriz capitalista ameaçam ruir, mas ainda não se afirmam alternativas credíveis. Apenas algumas experiências inovadoras, alguns sinais portadores de um futuro outro, alguns esforços para atenuar as brechas que se vão cavando.

Apesar de importantes na sua vida, não foram, porém, estas lutas que fizeram de Francisco um santo; terão, no entanto, preparado o seu espírito para se abrir à novidade da radicalidade do evangelho.

2.2 O encontro com o leproso

Quando Francisco encontra o leproso e o beija percebe que este sinal simbólico o colocará para sempre do lado dos excluídos e dos marginalizados e que a sua vida passará a ser, doravante, decidida em função da libertação dos oprimidos. Na sociedade medieval, assim como na Antiguidade e na tradição judaica, os leprosos eram gente à margem da sociedade que causavam repulsa e impu-

² O texto que segue aproveita da minha comunicação nas Jornadas da Família franciscana realizadas em Outubro de 2009, para comemorar os 800 anos da Regra de vida.

¹ Economista. Professora do ISEG/UTL.

nham regras de intocabilidade. Isto por razões de defesa da saúde, mas também porque se associava à doença e ao sofrimento físico do leproso o seu pecado e o merecido castigo divino. Francisco, porém, vê para além da aparência e, tal como Jesus nos caminhos da Galileia, descobre no leproso a dignidade intocável de todo o ser humano. Como escreve José António Merino: *Ao assumir tudo o que havia de negativo e estranho no pobre marginalizado, redime o que de mais oculto se encontra nas zonas mais profundas da sua personalidade*³. Começa neste encontro com o leproso uma etapa de conversão pessoal que levará Francisco a uma crescente identificação com Cristo, através da pobreza voluntária e do serviço junto dos mais pobres.

Esta é uma mensagem que tem toda a oportunidade nestes nossos conturbados tempos, também eles, a necessitar de combates sérios em favor dos mais pobres e destituídos de direitos humanos fundamentais.

2.3 O encontro decisivo com o Cristo crucificado e a descoberta de Deus-Amor

A conversão não é obra de um momento, mas antes um processo em tudo semelhante a um encontro de amizade que se vai desenrolando, aprofundando e consolidando.

Na vida de Francisco, ao encontro com o leproso e o que este lhe traz de descoberta da dignidade humana segue-se uma intensa busca espiritual, a busca de sentido para a sua própria existência. É nesse estado de alma que procura o silêncio na natureza e se refugia na capela abandonada de São Damião. Aí descobre um ícone bizantino com o rosto de Cristo cuja contemplação o move ao entendimento de que Deus é Amor e nada mais é pedido ao ser humano que ser imagem viva deste Deus-Amor. Francisco encontra aqui a razão de ser da sua vida.

Acho que podemos recolher nesta etapa decisiva da vida de São Francisco importantes lições para o nosso tempo e para as nossas vidas.

A primeira é que, face à agitação, que é característica do estilo de vida das nossas sociedades, é preciso saber parar para sermos capazes de nos colocar a questão primordial do sentido que dou à minha própria vida, qualquer que seja a conjuntura e a envolvente externa.

A segunda lição é que importa aprender com Francisco a escutar o que Deus tem para me dizer. Deus fala-nos através dos outros e das circunstâncias, mas nem sempre estamos disponíveis para escutar a palavra e para a pôr em prática. Francisco viu no edifício da igreja de São Damião em ruínas o apelo a que o reparasse e assim procedeu. Mais tarde, viria a entender que este episódio era apenas uma metáfora de um desafio maior: a necessidade de revitalização da própria Igreja dilacerada por lutas internas e sob a poderosa ameaça das heresias da época. Cristo escolheu Francisco, um leigo empenhado em viver a radicalidade do evangelho no meio do mundo, para reconstruir a sua Igreja.

3. A Actualidade da espiritualidade franciscana

Ao longo destes oito séculos foi-se aprofundando e consolidando uma certa forma de viver, uma espiritualidade com traços comuns bebidos nas fontes, ou seja, junto do Fundador, o que leva a criar uma corrente de espiritualidade própria dentro da Igreja.

Inspirado na radicalidade do evangelho e no empenho pessoal e colectivo em procurar viver esta radicalidade na vida quotidiana, o franciscanismo é uma corrente de espiritualidade poliédrica, que tem sabido adaptar-se a oito séculos de história e responder aos desafios próprios de cada época.

Mantêm plena actualidade, entre outros, estes pilares do franciscanismo:

- A paixão pela fraternidade universal
- A opção pelos pobres
- A vida simples e a ética do necessário
- A contemplação como modo de ser, de estar e de viver
- O anúncio do Cristo vivo e da alegria pascal

3.1 A paixão pela fraternidade universal

Vivemos num tempo em que se caminha a passos acelerados no sentido da mundialização. A economia, que é a base da organização da sociedade, está cada vez mais globalizada: desde a produção (especialização produtiva, tecnologias utilizadas, relações comerciais), aos padrões de consumo, ou às regras que presidem aos negócios.

Mas, como diz Bento XVI na sua carta encíclica, *Caritas in veritate: a sociedade cada vez mais globalizada torna-nos vizinhos, mas não nos faz irmãos*⁴.

Ora, sem uma maior consciência de fraternidade universal, ficarão sem solução muitos dos problemas do mundo contemporâneo. O progresso tecnológico pode trazer aumento de riqueza e de rendimento, mas não dá garantia de que estes resultados se destinem a satisfazer as necessidades básicas dos seres humanos ou se repartam equitativamente, entre os países e dentro de cada nação.

É que dizer das movimentações de população dos países mais pobres em direcção às zonas mais prósperas, se não existir um ambiente de fraternidade à altura de as acolher, respeitar os seus direitos e providenciar as ajudas indispensáveis à sua integração?

Ou, também, como contrariar a xenofobia que grassa em tantos ambientes, senão através de um suplemento de fraternidade universal?

Ou, ainda, como enfrentar as discórdias, declaradas ou latentes, que têm por base a religião ou a diversidade de culturas, se não houver uma consciência mais profunda da fraternidade universal como projecto de Deus em construção.

Francisco pode servir de exemplo, pois ele viveu apaixonadamente a fraternidade para além de todas as barreiras e foi ousado na luta contra todo o tipo de discriminação praticada no seu tempo.

3.2 A opção pelos pobres

A espiritualidade franciscana é conhecida pelo empenho posto no amor aos mais pobres, incluindo os destituídos de bens materiais, mas também os doentes, os menos válidos ou certos grupos de população particularmente vulneráveis (as crianças, os idosos, os deficientes, etc.). É uma espiritualidade que exalta a partilha dos bens, partilha essa tão necessária num mundo caracterizado pela opulência e pela abundância de bens materiais a par de extensa e severa pobreza de muitos, que não conseguem ter a parte que lhes é devida na mesa comum.

A espiritualidade franciscana convida os seus seguidores a não fecharem os olhos a estas duras realidades do nosso tempo, numa dupla preocupação: a da partilha dos seus próprios bens com quem mais precisa e a do compromisso com a construção de caminhos de justiça e verdade na organização da economia e da sociedade. No seguimento do pobre de Assis há que não passar ao lado das necessidades dos nossos irmãos, necessidades de ajuda material mas também de companhia, de apoio moral na solidão, de conselho e apoio para encontrar sentido de vida, emprego e autonomia em meios de subsistência.

A opção pelos pobres vai, porém, mais longe do que o movimento de dar ou prestar ajuda, implica que se assumam, como nossa, a condição do pobre, a luta pelos seus direitos, a sua perspectiva

³ Merino, José António (2007) – *São Francisco e tu*. Editorial Franciscana.

⁴ Bento XVI (2009) – *A Caridade na verdade*.

de relacionamento com a sociedade. Implica, em suma, o empenhamento em construir um mundo mais justo, tendo os pobres como destinatários principais da mudança e seus protagonistas.

3.3 O caminho da vida simples e da ética do necessário

É cada vez mais generalizada a convicção de que o actual modelo de crescimento económico é insustentável a prazo, tanto por razões de coesão social como de saúde ambiental do Planeta. Há que arrear caminho relativamente a um consumismo voraz e predador de recursos não renováveis, com destaque para a energia e para algumas matérias-primas.

Por outro lado, o elevado nível de consumo, que caracteriza a sociedade ocidental, é conseguido à custa de ritmos de trabalho e custos sociais em tempo consumido em transportes, em segurança e outros que tornam a vida nas sociedades urbanas particularmente stressante. A realidade seria bem diferente se cada um de nós fizesse escolhas mais racionais quanto ao seu padrão de consumo e quanto à utilização que faz do seu tempo.

A espiritualidade franciscana pode inspirar esta indispensável e urgente mudança de atitudes e comportamentos dos nossos concidadãos e concidadãs, no sentido do maior apreço pela vida simples e para fomentar a prática da ética do necessário, através do testemunho de vida dos seus seguidores.

3.4 A contemplação como modo de ser, de estar e de viver

Conscientemente ou não, vivemos imersos numa cultura de cariz materialista, uma cultura que privilegia o ter e desconsidera o ser, que aposta na eficácia e põe de lado os menos capazes, que atafalha de coisas a existência quotidiana e não deixa tempo para o cuidado dos outros, da natureza, da relação com Deus. É uma Humanidade que vive aquém da sua sede de infinito e transcendência e, por isso, este nosso tempo é, de algum modo, um tempo triste, propício às depressões individuais e colectivas.

Em Francisco de Assis podemos encontrar o exemplo de alguém que soube enfrentar as seduções de um capitalismo nascente que fazia da ostentação e do dinheiro um objectivo. Às honras da cavalaria e à grandeza da fortuna familiar, que pareciam estar-lhe destinadas, o *poverello* soube contrapor o seu desejo de viver em

profundidade a sua própria humanidade no seguimento de Jesus de Nazaré: escutando a sua palavra (a radicalidade do evangelho); contemplando os mistérios da sua vida, morte e ressurreição; abrindo-se à beleza da criação.

Francisco tratou todas as criaturas por irmãs (o irmão sol, a irmã água, o irmão lobo,...), encantou-se com o canto dos pássaros, com a frescura das fontes, com a força dos ventos ou com a prodigiosa fecundidade de uma pequena semente.

E nós? Não temos que salvaguardar esta dimensão contemplativa do ser humano? Não temos que passar esta mundividência às gerações mais novas? Não temos que desenvolver a nossa capacidade de contemplação como modo de ser e de estar neste mundo dominado pela força do marketing e a ilusão da realidade virtual? Não temos que criar condições para uma vida em harmonia com o que há de mais fundo no ser humano, o seu sentido de transcendência?

3.5 A missão do discípulo: anunciar o Cristo vivo e a alegria pascal

Por último, uma referência muito breve sobre uma outra dimensão da espiritualidade franciscana que a bem dizer é o núcleo central da fé cristã.

Os que seguem a Cristo vivem dum impulso da fé no Ressuscitado, prolongam nas suas vidas o inesperado da manhã de Páscoa e a alegria de verem com os olhos da fé para além do sepulcro vazio, a vitória de Cristo e o começo do Reino por Ele anunciado. A missão do discípulo é anunciar esta boa nova: Cristo ressuscitou e está vivo no meio de nós.

Quaisquer que sejam as dificuldades, as incoerências, os absurdos do tempo presente, o crente em Jesus Cristo reconhece neles que, em germen, está um mundo novo em construção, o Reino de Deus e anima-o a esperança de que o Espírito Santo agirá no sentido da justiça, da verdade e da paz. Não é de mais sublinhar como é importante o testemunho desta alegria na vida quotidiana de cada cristão.

A Francisco de Assis não faltaram contrariedades e obstáculos na sua missão, mas em todas as circunstâncias nos deixou o exemplo de um homem livre, centrado na contemplação, irradiando a alegria da novidade pascal.

Outubro 2011 ■

ARTE EFÉMERA

Pompas e circunstâncias da arte efémera

Maria Isabel Roque¹

Efémero, do grego *ephemeros* (*ephe* – sobre; *hemera* – dia), significa etimologicamente sobre um dia, ou o que dura um dia. Efémero é, por conseguinte, a qualidade de transitório em oposição ao eterno, aquilo que passa e se transforma ou desaparece, o que se esvai e não tem presença definitiva. A arte efémera é a obra que se cumpre no momento em que é criada, sem pretensão de continuidade ou de perpetuidade, mas como forma de aparato, cujo arquétipo remonta às armações erguidas por ocasião dos cortejos triunfais da Antiguidade.

Na Europa medieval, há notícia de palanques ornamentados com tecidos e tapeçarias ou de armações com arcos e festões de flores por ocasião de festas populares, cortesãs ou religiosas. “Os pórticos das igrejas são o cenário das plataformas, dos palcos de todo o teatro festivo.” (Atanásio, 1984: 55) Uma pintura datada de cerca de 1522, representando a chegada das relíquias de Santa

Auta à Igreja da Madre de Deus, mostra o aparato do cortejo religioso, junto à entrada do templo onde se ergue um altar e um púlpito revestidos a tecidos de estofado rico e adamascado, cobrindo parte do pórtico, já de feição manuelina e cuja ornamentação se terá inspirado nos “arcos e demais arranjos efémeros das festas” (Atanásio, 1984: 55).

A estes modelos, o Renascimento recupera os modelos clássicos romanos em estruturas cada vez mais complexas e espectaculares. Na *Leitura Nova* (Torre do Tombo, Livro 4, C.F.), de D. Manuel, o frontispício do Livro IV da Comarca de Além Douro, datado de 1513, representa a armada portuguesa em festa: um cortejo naval com os barcos engalanados com flâmulas, pavilhões revestidos por panos armoados e esplêndidas armações de flores e ramagens. Podia servir como ilustração a várias descrições coevas de festas de casamentos ou de entradas régias. Instrumento de propaganda do poder real, as entradas régias foram objecto de uma crescente teatralização, conforme os respectivos libretos “em que o tema

¹ Docente universitária.



Desembarque de Filipe III, na praça do Paço em Lisboa, Domingos Vieira Serrão (desenho); Hans Schorkens (gravura). In Lavanha, 1662.

fulcral é a descrição do aparato decorativo das ruas para a recepção ao rei, muito em especial a arquitectura efémera e o seu significado alegórico” (Alves, c. 1986: 11).

Os relatos das solenidades de recebimento do rei nas várias cortes europeias permitem constatar uma crescente apropriação da dramaturgia medieval, transformando a invocação religiosa em programas de legitimação e de exaltação do soberano. Daí a importância concedida às solenes entradas de Filipe II de Espanha, em 1581, em cujo projecto terá colaborado Filipe Terzi, e, sobretudo, de Filipe III, em 1619, ambas marcadas pelo levantamento de aparatosas estruturas efémeras, reproduzindo os arcos triunfais e outros artifícios arquitectónicos e decorativos, no cenário ribeirinho do Terreiro do Paço e prolongando-se pelas ruas adjacentes onde passava o cortejo.

João Baptista Lavanha, num minucioso registo da jornada de 1619, com gravuras de Hans Schorkens, dá-nos conta do aparato erguido na praça ribeirinha: o cais provisório revestido a madeira, fechado “com 260 balaustrades de madeira torneados, dourados e prateados, divididos a espaços convenientes com 26 pedestais: sobre seis delles auia seis estatuas do tamanho natural, erão de cera branca, fingiam ser de mármore de boa escultura” (Lavanha, 1622: fl. 8v); a que se seguia um arco triunfal dos homens de negócios de Lisboa, parecendo “toda a obra ser lavrada de jaspes vermelhos, marmores brancos, & Ouro” (Id: fl. 15v), com uma estrutura de quatro faces em alegoria às quatro Virtudes e aos quatro continentes, evocando Lisboa como capital do império; na fachada da alfândega “se fingio de pedraria hum Portico” (Id: fl. 12); seguia-se “hu[m] teatro arrimado à parede da Alfandega oposta ao Paço entre duas portas, hu[m]a de Pedraria de boa traça [...] & outra fingida” (Id: fl. 10v); no meio da praça, frente ao paço, o arco dos mercadores alemães, uma “fabrica de quatro fachadas [...]”; nas duas principaes avia tres Arcos divididos com dezasseis colunas Corinthias oito por cada fachada de cor celeste, & os capiteis & basas douradas” (Id: fl. 55v).

As festas religiosas e, em particular, as beatificações e as canonizações continuam a ser pretexto para manifestações públicas de grande aparato, a que concorrem armações efémeras idênticas às que se erguiam nos faustos régios. Os cortejos religiosos, também designados por triunfos, incluíam viaturas de aparato. O *Triunfo carmelitano do Real Convento do Carmo de Lisboa na Canonização de S. João da Cruz*, abria “com muytas trombetas e ataballes” (1727: 4) e um estandarte representando o Monte Carmelo, a que se seguiam seis carros triunfais intercalados pelas personificações das virtudes; a fechar o cortejo, o carro principal, dedicado à glória de S. João da Cruz: “Vay este cuberto todo de huma bem composta, e vistosa nuvem, que cobrindo-o por toda a parte, em

toda a parte mostra o precioso, e admirável daquelle debuxo, e o elevado daquelle objecto.” (Id.: 13) Idênticos festejos aconteciam, um pouco por todo o lado, recriando as normas tridentinas em função da dramaturgia barroca: “Os triunfos, com que a sabia antiguidade / Os meritos honrava, & dava gloria, / São já despojo da Christã piedade [...]” (Santo Caetano, 1708: 38).

O aparato e o esplendor da festa barroca atingiram o apogeu durante o reinado de D. João V, em que sucederam grandiosas comemorações e pompas que confirmavam o prestígio e o poder absoluto do monarca: as cerimónias fúnebres em honra de D. Pedro II; a sua aclamação; as festividades do seu casamento e a chegada de D. Maria Ana de Áustria a Lisboa; a *Troca das Princesas*; as embaixadas que enviou às cortes europeias, ao Papado e aos confins da Ásia; os cerimoniais religiosos e os privilégios litúrgicos conseguidos para o Patriarca de Portugal; a sagração da Patriarcal.

A *Troca das Princesas* refere-se ao duplo casamento entre a infanta D. Maria Bárbara, da casa real portuguesa, e o futuro rei de Espanha e entre D. Pedro de Bragança, Príncipe do Brasil, e a infanta espanhola, confirmando a aliança entre os dois países ibéricos. Os casamentos foram assinalados em todo o país por grandes festejos e noites de luminárias. Quando a notícia do casamento de D. Pedro chegou à corte portuguesa foi decretado que se festejasse “com três noites de repiques, luminarias, e salvas de artilheria em terra, e mar” (Natividade, 1752: 67). Por essa altura, foi montado “hum insigne fogo de artificio no Terreiro do Paço” (Id.: ibid.); o tratado matrimonial da infanta portuguesa foi também celebrado com “muitos, e bem executados fogos de artificio” (Natividade, 1752: 78), entre os quais “foi de muito divertimento, e singularmente applaudido hum delles do ar, assim pelo muito tempo que durou, como pela suavidade, e rara invenção” (Id.: 78), projectado por António Canevari. A *Troca das Princesas* ocorreu na fronteira de Caia, entre Portugal e Espanha. De Lisboa, partiram três cortejos (do rei, da rainha e do patriarca) que atravessaram o Alentejo sempre em grande pompa; sobre o rio, numa ponte construída para o efeito, erguia-se um palácio de madeira com “três Casas: as duas dellas collateraes, para cada hum dos Monarcas, nos seus domínios; e a do meio [...] para a cerimonia das Reaes entregas” (Id: 238); as fachadas estavam ornadas com as armas de ambos os reinos; no salão de Portugal, “estavaõ adereçadas as suas paredes de tapeçarias excellentes, e cortinados de damasco carmezim, com çanefas de brocado de ouro” (Id: ibid.). O autor do projecto português foi Francisco Pereira da Fonseca com a colaboração de António Canevari e João Frederico Ludovice.

Os cortejos régios deslumbravam as populações pela magnificência, ao mesmo tempo que confirmavam a autoridade e o prestígio

real, fundamentando a prática do poder absoluto em rituais cada vez mais complexos e ostensivos. Porém, a festa, por excelência, continuava a ser religiosa, embora contasse com o patrocínio e a participação do rei e da respectiva comitiva para abrilhantar o ritual que, por seu turno, adoptava os mecanismos e aparatos do espectáculo secular. Em consonância com os cortejos régios, os momentos mais relevantes da devoção pública eram as procissões e, em particular, as que se realizavam no dia do Corpo de Deus, em Lisboa. A origem desta festa remonta ao século XIII e, no Portugal medieval, já era uma celebração em que se misturava o sagrado e o profano, sendo a primeira parte do cortejo uma representação dos ofícios da cidade, com carros alegóricos e danças exóticas.

Em 1719, D. João V, aproveitando a elevação da Capela Real do Paço da Ribeira à condição de Basílica Patriarcal, solenizou a procissão da festa do Corpo de Deus com “profusão, e grandeza” (Machado, 1759: [VI]). Suprimiram-se as figuras e as folias, retirando-lhe os aspectos mais populares e profanos, para lhe conferir um maior aparato religioso. “Todas estas ruas se cobriam com toldos prezos em mastros, que estava ornado de ouro, e seda [...]. Não se viao as janellas, porque se cobriam de preciosas cortinas, e sanefas, franjadas de ouro, e prata; e até as paredes, que entre ellas mediavao, estavam cobertas de lós, de damascos, e telas diferentes, chegando este adorno aos logares mais altos das moradas.” (Id.: 164-165)

Após o terramoto de 1755 e no contexto sociopolítico Oitocentista, as comemorações perderam muito do antigo fulgor e aparato. Não obstante, há o registo de cortejos e armações efémeras e de fogos de artifício por ocasião dos vários centenários que serviram como catalisadores do sentimento patriótico, em torno de figuras como Santo António, Vasco da Gama ou Luís de Camões.

A arte efémera persiste nos nossos dias, nomeadamente, nos domínios da *Land Art*, como as intervenções de Christo e Jeanne-Claude revestindo monumentos e paisagens, ou da *Street Art*, onde os *graffiti*, para lá da componente de intervenção urbana, se têm vindo a assumir como expressão autónoma da arte contemporânea. Porém, é sobretudo no domínio da cultura popular que se mantém

a memória dos cortejos profanos e religiosos, mesmo quando lhes altera a substância: os desfiles carnavalescos com carros alegóricos, grandes e complexas armações efémeras, vistosamente engalanadas, cedendo espaço à intervenção e à crítica jocosa; os cortejos históricos e etnográficos, com cenografias performativas que evocam acontecimentos, artes e ofícios; as procissões religiosas, com andores, pendões, luminárias e música, o percurso engalanado com festões e bandeirolas, colchas penduradas das janelas e tapetes de flores, juncos, pétalas ou sal colorido, prolongando-se com diversões profanas, arraiais e fogos de artifício. Memórias efémeras da pompa de outrora.

Bibliografia:

- (1727). *Triunfo carmelitano do Real Convento do Carmo de Lisboa na canonização de S. João da Cruz, religioso professo da Observancia no seu convento de Santa Anna de Medina e depois pay da Reforma Carmelitana*. Lisboa: Miguel Rodriguez.
- Alves, Ana Maria (c. 1986). *As entradas régias portuguesas: Uma visão de conjunto*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Atanázio, Manuel Cardoso Mendes (1984). *A arte do manuelino: Mecenas, influências, espaço*. Lisboa: Editorial Presença.
- Lavanha, João Baptista (1622). *Viage de la catholica real magestad del Rei D. Filipe. III. N. S. al reino de Portugal I relacion del solene recebimiento que en el se le hizo. Sv. Magestad la mando escrivir*. Madrid: Por Thomas Iunti impressor del rei N. S.
- Natividade, José da (1752). *Fasto de hymeneo, ou, Historia panegyrica dos desposorios dos fidelissimos reys de Portugal, nossos senhores, D. Joseph I e D. Maria Anna Vitoria de Borbon*. Lisboa: Na officina de Manoel Soares.
- Santo Caetano, António de, Fr. (1708). *Apografia metrica, & triumphal narraçam: Do plausivel aparato, que a illustre familia carmelitana majestosamente consagrou ao Maximo dos sacrametos ...* Lisboa: Na Officina de Manoel.
- Barbosa, M. I. (1759). *Historia critico-chronologica da instituiçam da festa, procissam e officio do corpo santissimo de Christo no veneravel sacramento da Eucharistia...* Lisboa: na officina de F. L. Ameno. ■

Graffiti

Clara Menéres¹

Escrever sobre os *graffiti* ou sobre os esgrafitos², como dantes se dizia em português, não é fácil devido à extensão do assunto. Parece que o uso de gravar imagens nas paredes é muito mais antigo do que habitualmente se pensa. Desde os seus primórdios, a humanidade gravou em paredes de cavernas ou ao ar livre, imagens e símbolos. Basta recordar Foz Côa e o fantástico conjunto de *graffiti* que os homens do Paleolítico nos deixaram.

Com a escrita e a construção das grandes cidades da Antiguidade, começaram a surgir marcas de testemunhos não oficiais que se inscreviam em paralelo sobre os muros, aproveitando as superfícies para passar mensagens clandestinas. Ao longo dos séculos, muitos registos deste tipo foram inventariados: no Antigo Egipto, em Pompeia com curiosas caricaturas de políticos, em Roma onde apareceram frases gravadas em monumentos e templos. Por todas estas cidades foram deixados os mais variados testemunhos como, por exemplo, *graffiti* publicitários com anúncios de bordéis especificando os serviços prestados. Tal como hoje, estas inscrições anónimas e irreverentes usavam uma linguagem catártica que exprimia uma marginalidade individual ou de pequenos grupos subversivos.

Nos centros urbanos do nosso tempo, nas áreas menos qualificadas, vemos proliferar mensagens idênticas preenchendo muros, paredes, edifícios abandonados, pontes e outras construções do domínio público. Estamos perante uma invasão, um ruído visual sem precedentes em épocas anteriores. Perante tal fenómeno convém analisar o sentido destas manifestações e compreender esta nova linguagem globalizada.

A grande mudança dá-se no pós-guerra com início nos Estados Unidos da América, na costa Oeste, passando depois para Leste, Nova Iorque, e mais tarde para a Europa e todo o mundo. É um fenómeno sociológico e simultaneamente cultural, ligado ao *Hip-Hop*, às comunidades afro e latino-americanas. Estes *graffiti* são frequentemente uma forma de assinatura, pessoal ou colectiva, uma marca ou sinalização do território, uma espécie de “carimbo” com características formais reconhecíveis e por vezes uma expressão “artística”. O que lhe deu este estatuto foi a contaminação de outras formas de arte mais erudita e a alteração dos conceitos estéticos durante este período.

Na segunda metade do século, a arte Pop americana marca uma viragem fundamental no entendimento da produção artística e influencia os critérios do mercado da arte internacional. Como referiu Richard Hamilton em 1957, a moderna arte de mercado é popular, dirigida às massas, efémera, dispensável, barata, jovem, *sexy*, glamorosa e geradora de grande negócio. Neste quadro, a arte vê-se

¹ Professora emérita. Escultora, Investigadora do CHAIA.

² Esgrafito – do italiano, *sgraffito*, de *sgraffiare*, de *graffia*, unha do gato.



Graffito
de Pompeia
com a caricatura
de um político



Keith Haring
junto aos seus
desenhos

associada a outras produções comerciais representativas da cultura americana como, por exemplo a Coca-Cola que ilustra, de um modo inequívoco, a nova mentalidade orientadora da cultura popular e do *american way of life*. Não é por acaso que Andy Warhol – artista Pop que começou por ser designer gráfico e publicitário – produziu inúmeras obras de homenagem à Coca-Cola.

Nos mesmos anos 60, Times Square, N.Y., torna-se no grande centro mundial do *advertising* e do consumismo com a noite permanentemente iluminada pelos anúncios. As novas tecnologias da iluminação e a publicidade em néon criaram o dia sem ocaso ou o *glamour* do consumo permanente.

Neste contexto, convém referir também um outro artista, Keith Haring, que teve forte influência na mudança de estatuto dos *graffiti* e a sua entrada no universo das artes, concorrendo para que estes passassem de linguagem marginalizada e reprimida a um modelo cultural de pleno direito. Haring começou a desenhar com giz nas paredes do metropolitano de Nova Iorque. Em poucos anos, os seus desenhos foram reconhecidos e a arte *underground* e contestatária que produzia entrou nas galerias de arte e destas passou para exposições de importância mundial como, por exemplo, a Documenta de Kassel. A subida ao estrelato de Haring permitiu a legitimação deste tipo de obras, passando a ser aceite em muitos dos mais importantes museus de arte contemporânea do mundo. A carreira rápida e fulgurante de Keith Haring terminou em 1990, quando o desenhador morreu de sida aos 31 anos.

O sucesso de Haring é significativo porque representa a integração com aplauso na sociedade daquilo que antes era considerado uma atitude marginal, irreverente, agressiva e mesmo ilegal, pressupondo a vandalização da propriedade alheia.

Mais recentemente, os *graffiti* têm vindo a despertar grande interesse nos *media*, em especialistas de arte e no público. É surpreendente a quantidade de produção teórica sobre o assunto podendo-se verificar uma forte presença na internet e uma abundante bibliografia sobre o tema. Vemos crescer a sua aceitação em museus e a promoção dos criadores. A sociedade contemporânea consome tudo, mesmo o que a questiona ou destrói. Elege como virtude o criticismo, a provocação e a diversidade.

Neste curto artigo não há espaço para criar um mapa ou um diagrama das várias categorias decorrentes da análise destas obras ou catalogar os diferentes formalismos que a escrita e imagem adquirem. Devo, no entanto, destacar o muro de Berlim que, pela importância política de que se revestiu como superfície simbólica por excelência da revolta e do texto político, foi o lugar privilegiado dos *graffiti* na Europa. Este enorme painel, inteiramente intervencionado, acabou por adquirir a expressão de arte pública. No momento da sua destruição tornou-se no *topos* do imaginário colectivo, suporte das esperanças, dos ódios e das frustrações. Ainda hoje, muitos alemães conservam em casa fragmentos do Muro recolhidos aquando da sua demolição. ■

Lixo ou luxo? Graffiti em mutação

Dina Matos Ferreira¹

Um prédio devoluto da Avenida Fontes Pereira de Melo, em Lisboa, tornou-se famoso no passado mês de Agosto: o *graffito* (pl. *graffiti*, termo que deriva do grego *graphein* – escrever) que nele foi feito está no Top 10 dos melhores trabalhos de arte urbana do mundo². Os artistas envolvidos são de nomeada: os irmãos brasi-

leiros Os Gémeos, o italiano Blu e o espanhol Sam3. Na mesma lista encontra-se ainda um trabalho do artista português Alexandre Farto, conhecido como VHILS, feito em Londres³.

Outra inovação: dois *graffiti* do artista britânico Banksy (que nunca saiu do anonimato) feitos na Palestina foram, neste mês de Setembro, retirados do local e transportados para uma galeria

¹ Political and Communication Consultant. Professor, Coach, Researcher.

² A lista, divulgada pelo *The Guardian* no início de Agosto de 2011, foi elaborada pelo *designer* e crítico de arte urbana Tristan Manco, autor de vários artigos e livros na área e responsável, entre outras, pela capa do álbum “Think Tank” dos Blur, mostra trabalhos de vários artistas internacionais, espalhados por todo o mundo.

³ Notícia dada em Portugal pelo jornal *Público*, dia 10 de Agosto de 2011. Pode ser lida em <http://ipsilon.publico.pt/artes/texto.aspx?id=291443> Fotografias de todo o processo podem ser vistas em <http://www.stick2target.com/os-gemeos-blu-sam3-in-lisboa>



de arte em Nova Iorque, onde estão à venda sem permissão nem consentimento expresso do autor⁴.

Os dois exemplos ilustram bem a zona cinzenta em que os *graffiti* presentemente se situam, num misto de arte e de crime, no entendimento díspar de que tanto podem ser actos de vandalismo puníveis por lei ou artigos de luxo que, fora do espaço público, apenas podem ser possuídos e admirados por quem os possa pagar.

Esta ambiguidade reflecte a génese (próxima) dos *graffiti* e a sua meteórica evolução. De qualquer forma, atribuir o epíteto de “artistas” a quem rabisca e pinta ilicitamente todo o tipo de superfícies do espaço público não é de forma alguma consensual, embora a tendência actual nos mostre que esse é o futuro, pelo menos em relação a alguns tipos de *graffiti*.

Escrever nas paredes fez parte de todas as comunidades humanas, desde o tempo das cavernas, pela necessidade de comunicar, de partilhar, de chamar a atenção ou de criar algum tipo de reacção nos circundantes. Até ao século XIV, a parede foi mesmo um dos principais suportes da produção artística (com a pintura mural) mas, ao tornar-se na actualidade um espaço vedado e proibido, as inscrições passaram a estar aliadas à transgressão.

Graffiti, vandalismo e transgressão acabaram por ser palavras da mesma família e a *ilicitude* é o elemento em que todos os peritos concordam ser essencial ao seu conceito.

O renascimento dos *graffiti* no século XX esteve intimamente ligado à urbanidade multicultural do ocidente e às convulsões políticas e sociais dos anos 60: activistas políticos encontraram nos *graffiti* um modo de tornar públicas as suas pretensões e os membros dos *gangs* perceberam que assim poderiam delimitar facilmente o seu território.



⁴ Notícia dada em Portugal pelo Jornal *Público*, dia 5 de Setembro de 2011. Pode ser lida em http://www.publico.pt/Cultura/a-arte-de-rua-de-banksy-esta-a-venda-numa-galeria_1510601. Pode ser visto no Youtube o vídeo da realização dos trabalhos, na Palestina – <http://www.youtube.com/watch?v=fZK7D6WqzR0>

Dentro da denominação *graffiti* cabem várias categorias de marcas realizadas em superfícies do espaço público não previstas para o efeito: muros, mobiliário urbano, vagões, autocarros, etc. Dos tradicionais *tags* (assinaturas monocromáticas repetidas à saciedade) às *pieces* (pinturas muito elaboradas com mensagens subliminares de teor político, social, etc.), desde que cumpram o requisito da ilicitude, integram-se no género⁵.

Nos anos 60, o *bombing* (acto de pintar o nome/pseudónimo em todo o lado como forma de chamar a atenção) deu lugar ao *writing*, em que as assinaturas (*tags*) começaram a ter exigências ao nível estético e da inovação. É em Nova Iorque onde se desenvolve plenamente esta cultura⁶, de que resultaram múltiplos estilos, todos eles bem reconhecíveis⁷.

Nos anos 70, o *graffito* abriu novos horizontes com a incorporação de imagens da iconografia popular, como personagens cómicas ou desenhos animados, retratos e auto-retratos em forma de caricatura, ampliando o tamanho das obras e fazendo surgir as *master pieces*. Assistiu-se ainda a uma enorme evolução do *lettering*, com a introdução do 3D, sombras, preenchimentos, fundos, etc.

Essa década viu juntar-se um novo elemento ao conceito de *graffito*, para além da transgressão: a competição, que levou a acirradas *Style Wars*. Até aí uma actividade marcadamente isolada, o *graffito* assiste ao nascimento de grupos, as *crews*.

Os anos 80 foram terríveis para os autores de Nova Iorque, onde se implementou a maior campanha anti-*graffiti* desde sempre vista, com vantagens para o Velho Continente, destino de fuga. Em meados de 80, porém, o *Hip-Hop* reavivou a chama circunstancialmente adormecida, com muitos adolescentes a quererem ser *b-boys* (seguidores do *hip-hop*), acompanhados também por *breakers* e *rappers*.

Alguns artistas de nomeada, como Jean-Michel Basquiat⁸, começaram as suas incursões plásticas pelos *graffiti*, chamando a atenção para o fenómeno como forma de arte, urbana e pública. Muitos adolescentes iniciados na “arte da rua” acabam por enveredar por caminhos alternativos ou complementares, como as artes gráficas, a publicidade ou o *tattoo*.

O aspecto da transgressão condicionou drasticamente a evolução dos materiais e das técnicas utilizadas, bem como dos próprios

⁵ Este é o entendimento de vários peritos, que consta, por exemplo no *Dictionary of Arts*, London, Macmillan Publishers, Grove’s Dictionaries, 1996. Pode ser lido em <http://www.graffiti.org/faq/graf.def.html>.

Para mais informações sobre os tipos de *graffiti*, consultar, por exemplo, <http://weburbanist.com/2009/09/24/graffiti-designs-styles-tagging-bombing-painting/>

⁶ Foi um rapaz grego de Manhattan o primeiro a ser notado, usando o pseudónimo “Taki 183”.

⁷ A título exemplificativo e meramente imagético, consultar o site <http://www.fatcap.com/graffiti-styles.html>

⁸ Keith Haring é outro dos exemplos geralmente citado embora, segundo o próprio, não tenha feito a sua iniciação plástica nos *graffiti*.

estilos. Hoje, quem quer fazer história nos *graffiti* tem que possuir uma elevada técnica ao nível das artes plásticas aliada a um alto sentido estético e, ao mesmo tempo, tem que agir com rapidez, dominando materiais de versatilidade crescente.

Apesar do entendimento cada vez mais consensual de que há verdadeiras obras de arte na rua e que, por isso, os *graffiti* devem ser incentivados, alguns pontos continuam a unir as vozes de quem os realiza: um *graffito* não o é verdadeiramente se é pago ou feito por encomenda numa superfície pública tornada lícita para o efeito. Os *graffiti* não devem ser retirados das ruas a que pertencem. Não

podem, por isso, ser vendidos. Sublinha-se que pertencem à arte do efêmero e assim devem continuar a ser⁹.

Dada a sua beleza e a sua relevância para várias áreas do saber, muitos *graffiti* são imortalizados em livros e revistas da especialidade, *websites*, blogues, *chats*, redes sociais... Mas não na rua, onde se insiste que, para seu próprio bem, a arte deve continuar a emergir em ambiente de crime. ■

⁹ Dezenas de entrevistas traduzindo este entendimento podem ser consultadas em <http://www.graffiti.org/index/talk.html>

TRÊS PERGUNTAS DE ALGIBEIRA SOBRE: OURIVESARIA

Responde Isabel Silveira Godinho¹

1. As jóias não são apenas um luxo ao sabor dos caprichos da gente rica ou garantia de conversão segura das poupanças dos pobres ou remediados. São marca obrigatória de um estatuto, sinalizam uma posição social ou uma função relevante e específica na hierarquia dos diversos poderes. Nesta perspectiva, quais são as peças mais significativas que integram o acervo do Palácio?

No sentido lato a ourivesaria no Palácio Nacional da Ajuda inclui os núcleos de jóias e pratas da coroa. Abarcam vários séculos e a peça mais antiga data de final do século XV, e é uma cruz em cristal de rocha e prata; e as mais modernas são as do início do século XX, pois a monarquia termina em 1910.

Elencar as peças mais significativas implica um critério – antiguidade, autor, valor, beleza, qualidade de execução, etc., etc. Estando a conviver com as jóias e pratas da coroa há três décadas posso assinalar as que mais me impressionaram. E “isto” aconteceu em momentos diferentes, pois o meu conhecimento foi gradual, acompanhado sempre de algum trabalho de restauro ou limpeza, para apresentação em exposições ou para imagem a publicar.

Não posso deixar de dar destaque à Insígnia do Tosão de Ouro, apresentada ao público na exposição *Ouros do Brasil no Palácio Nacional da Ajuda*, em 1986, em que o público podia ver a peça dos dois lados. O tamanho da jóia – vinte e oito centímetros de comprimento – a leveza e beleza que a envolvem são indiscutíveis.



Insígnia da Ordem do Tosão de Ouro

Quem a vê não a esquecerá jamais.

Claro que existe também a colecção de pratas manuelinas, conjunto notável apresentado na exposição *Tesouros Reais*, realizada no Palácio Nacional da Ajuda em 1991, e que demonstra a mestria dos mestres ourives portugueses.

Já no século XIX, o presente de casamento da cidade de Roma a Maria Pia em 1862, dá-nos uma perspectiva de inspiração histórica, pois as descobertas arqueológicas de Herculano e Pompeia foram o mote para as mesmas. É um conjunto de trinta e três peças do ourives Castellani e representam a versatilidade da ourivesaria italiana bem como a sua qualidade de execução.

2. Portugal desde cedo foi um país de ourives (lembramos a consagrada Custódia de Belém). Na colecção do Palácio há muitas peças de “fábrica” portuguesa?

Os portugueses sempre foram mestres prateiros de renome. As pratas manuelinas já referidas dão-nos o exemplo acabado da qualidade, beleza e execução primorosa. As viagens para o Novo Mundo também foram inspiração e as duas salvas de motivos africanos decoradas com fauna e flora de África, no prato e no pé, são exemplares únicos no mundo; são a imagem de marca da exploração portuguesa em África no século XVI. Todas as exposições que se organizam sobre este tema as solicitam, mas dada a sua raridade, é cada vez mais difícil serem emprestadas. A única vez que estiveram as duas peças numa exposição foi nos *Tesouros Reais*.



Salva com motivos africanos (séc. XVI)

3. Apesar da erosão da História, dos desastres humanos e da falência dos regimes, é ainda hoje possível admirar exemplos magníficos dessa arte do primor e do luxo que é a ourivesaria. O Palácio da Ajuda é um dos afortunados depositários de um deles: a Baixela Saint-Germain. Fale-nos dela...

A Baixela Germain é de facto um conjunto impressionante constituído por mais de mil peças executadas pela mais conceituada oficina francesa com atelier nas Galerias do Louvre, em Paris.

D. José ao encomendar este conjunto para a Casa Real não só escolheu uma das várias propostas, como enviou a prata e foi recebendo as várias encomendas fraccionadas, pois era impossível executar tudo para entrega na sua totalidade. Com o processo de falência julgado no tribunal francês em Março de 1774, a encomenda de D. José ficou inacabada e iniciou-se uma contenda jurídica que

¹ Directora do Palácio Nacional da Ajuda.



Peças da Baixela
Saint Germain

se arrastou por vários anos, sem que a coroa portuguesa pudesse reaver o que lhe pertencia.

As quatro “cobertas” que constituem este conjunto têm peças de tipologia variada: terrinas, olhas, saleiros, galheteiros, especieiros, pratos cobertos, mostardeiras, molheiras, candelabros, etc., etc.

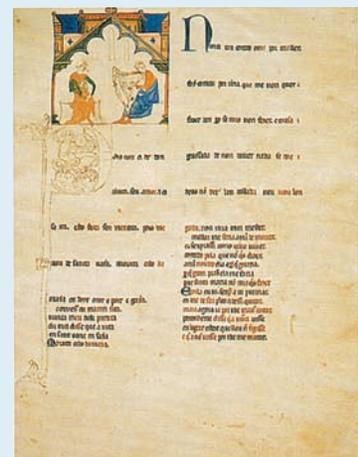
A execução é primorosa, diria que são verdadeiras esculturas em prata. As vezes que tive o privilégio de limpar as peças tanto no Palácio da Ajuda como no Museu do Louvre, em Paris, senti que estava a limpar, com processos altamente morosos e rigorosos, as

peças mais impressionantes que tinham passado pelas minhas mãos. Tudo é em vulto perfeito e tanto os legumes como os animais são verdadeiros. Os peixes, por exemplo, parecem estar ali a olhar para nós... É pena que não esteja em exposição permanente no Palácio da Ajuda. Houve uma tentativa nesse sentido em 1992, com um projecto de Gonçalo Byrne, e outra em 2010, com projecto de Carlos Santos. Seria um enorme prazer apresentar este conjunto onde a beleza nos impressiona e, tal como no Tosão de Ouro, é inesquecível. ■

CANCIONEIRO DA AJUDA. UM TESOURO DAS LETRAS PORTUGUESAS

Encontrado no espólio dos jesuítas, quando da sua expulsão de Portugal, em 1759, este códice pergamináceo foi transferido para o Colégio dos Nobres, donde passou, a 5 de Julho de 1832, para a Biblioteca do Palácio da Ajuda. Legado precioso da nossa Literatura medieval chegou-nos infelizmente numa edição incompleta. De facto, “é um cancionero inacabado. Faltam-lhe alguns cadernos, muitas letras iniciais, quase todas as vinhetas e, por completo, o nome dos autores e a notação da música que devia acompanhar cada cantiga, pois os copistas deixaram espaço para inseri-la. A caligrafia é de um único artista, seguramente português, que empregou a letra gótica-francesa, a preto nas maiúsculas e vermelho nas iniciais minúsculas. No estado em que hoje o vemos, encerra 310 cantigas, quase todas de amor. Compreende essencialmente poetas anteriores a D. Dinis e deve ter sido compilado em fins do século XIII ou princípios do século XIV”.

Excerto do texto de Jacinto do Prado Coelho inserto no *Dicionário de Literatura* (1973).



O LIVRO: DO LUXO AO LIXO, PASSANDO PELAS NOVAS TECNOLOGIAS

Adérito Tavares¹

A escrita é a fixação da linguagem falada. Através da escrita vencemos o tempo e o esquecimento. Sem a escrita, a cultura, como «inteligência transmissível», não existiria. Quase todas as grandes criações do génio humano exigiram a escrita para chegarem até nós: a lei, a religião, a poesia, a filosofia, a ciência, a história.

Durante milhares de anos, o homem criou formas de expressão oral – línguas. Dezenas de sistemas linguísticos nasceram, desenvolveram-se, modificaram-se e desapareceram sem deixar qualquer vestígio. Com o *Homo sapiens*, a linguagem humana complexifica-se e aperfeiçoa-se. Há 15 ou 20 mil anos, ele pinta os bisontes de Altamira e grava os cavalos de Foz Côa. E começa também a registar nas paredes das cavernas ou nas rochas ao ar livre símbolos convencionais que constituem já uma escrita embrionária. Daqui transitar-se-á para a pictografia, uma escrita-desenho que encontramos disseminada por quase todos os continentes.

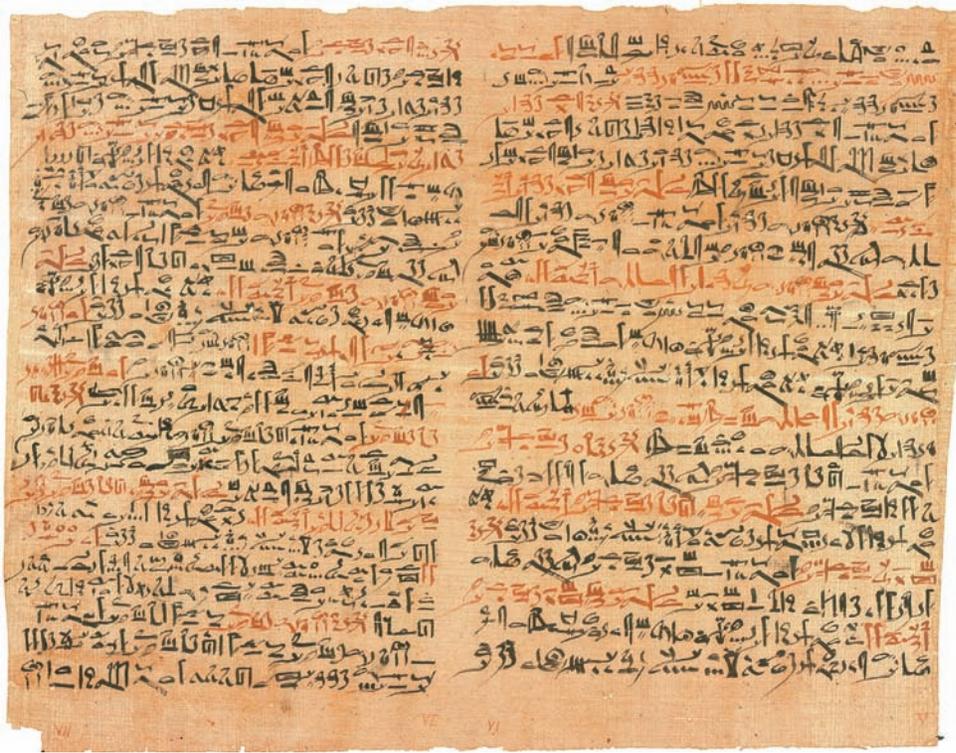
Mas será apenas nos finais do 4.º milénio a. C. que surgirá o primeiro sistema de escrita estruturado: a escrita cuneiforme, criada pelos sumérios, na Mesopotâmia. Pela mesma época, começa a utilizar-se no Egipto faraónico a escrita hieroglífica (um dos três tipos de escrita egípcia). Estes sistemas, notavelmente complexos, permitiam não só representar sons e realidades concretas como também conceitos abstractos.

Todavia, tanto os sinais cuneiformes como os hieróglifos eram de difícil utilização, pela sua complexidade. No final do 2.º milénio a. C., os fenícios, um povo prático de marinheiros e comerciantes, seleccionaram um conjunto de 26 símbolos utilizados

noutras escritas do Médio Oriente que representavam os sons da língua fenícia. Depois, adaptando-os, reduziram-nos a 22 sinais – o alfabeto. Originaram, deste modo, uma escrita fonética, em que cada sinal representa um dos sons que produzimos ao falar. Estava criado um dos mais poderosos veículos de transmissão do pensamento e de preservação da cultura. Mais tarde, os gregos viriam a adaptar os símbolos fenícios à sua própria língua, acrescentando-lhes signos representativos das vogais e das suas com-soantes. Dos gregos para os etruscos, destes para os romanos, o alfabeto chegaria assim até nós.

Os primeiros suportes da escrita foram muito diversos: argila, pedra, bronze, couro, etc. No Egipto utilizava-se uma espécie de papel feito de uma planta muito abundante nas margens do Nilo, o papiro. Este material viria a ter um grande sucesso. Exportado para a Grécia e para a Itália, seria o suporte dos primeiros livros: os *rolos de papiro*. Aliás, na Grécia antiga o livro chamava-se precisamente *biblos*, palavra que significa «fibra de papiro». Os romanos irão chamar-lhe *liber*, que significa «casca fibrosa das árvores». Isto revela bem a origem dos materiais utilizados nos primeiros livros-rolos.

No século III a. C., porém, um novo suporte fará a sua aparição: o *pergaminho*, aperfeiçoado em *Pérgamo*, cidade grega da Ásia Menor. Feito a partir de peles de animais jovens devidamente tratadas, o pergaminho era um material muito mais resistente do que o papiro e reutilizável, o que lhe garantiu uma longa sobrevivência como suporte da escrita.



Pormenor do Papiro Edwin Smith, um extenso rolo com 4,68 m de comprimento, sobre o tratamento de feridas, fracturas e tumores (c. 1600 a. C.)
New York Historical Society.

¹ Professor universitário.



Página da direita do duplo frontispício do volume VI da *Bíblia dos Jerónimos* (finais do séc. XV). ANTT.

No ocidente europeu, a matéria-prima mais usada na preparação do pergaminho foi a pele de cabrito ou de cordeiro. Na elaboração de livros ou documentos particularmente importantes utilizavam-se peles muito finas e delicadas, obtidas geralmente a partir de fetos de vaca, de cabra ou de ovelha – era o *velino*, um pergaminho macio, branco, quase transparente. Os sete volumes da *Bíblia dos Jerónimos*, por exemplo, são todos em velino. As bulas papais são também, quase sempre, em velino.

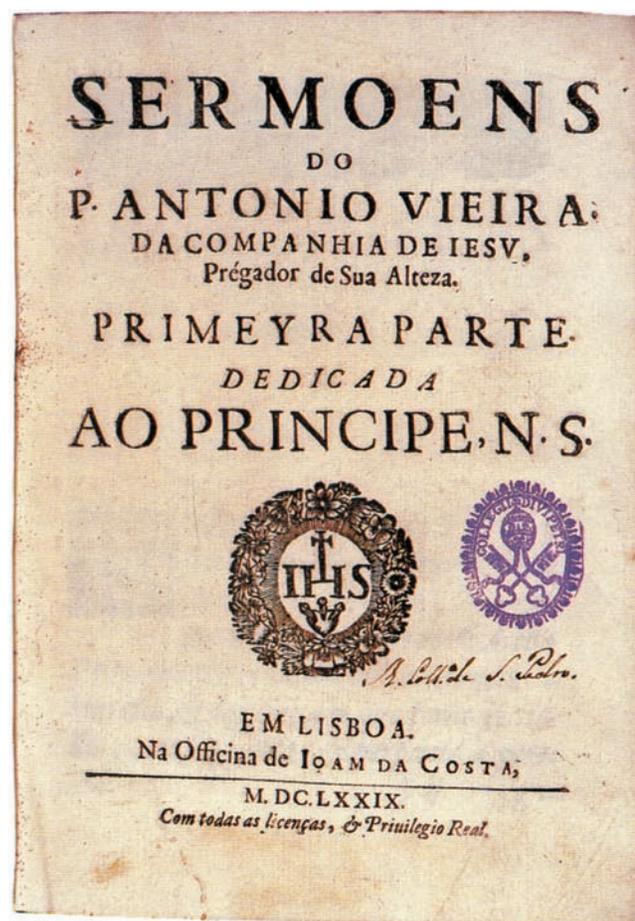
O pergaminho era, obviamente, um material dispendioso, o que levava à sua reutilização – encontramos com relativa frequência pergaminhos que foram apagados e escritos de novo, os *palimpsestos*, ou códices reescritos. O pergaminho original era lavado ou raspado com pedra pomes. Em linguagem actual, diríamos que era “reciclado”.

Os livros em rolo mantiveram-se até ao Baixo Império Romano, altura em que começaram a surgir as primeiras compilações de leis em forma de *codex* (*códice* ou *código*), a forma que o livro hoje tem (o *liber quadratus* dos latinos). A Idade Média seria o grande tempo do livro manuscrito, desde os breviários aos romances de cavalaria, das bíblias às crónicas, das hagiografias aos belíssimos livros de horas iluminados. Graças às bibliotecas monásticas foram preservados os autores da Antiguidade Clássica e os pensadores cristãos.

O custo e a raridade do livro manuscrito medieval são testemunhados pelas frequentes encadernações com fechos e mesmo com

correntes que o prendiam à estante. Por outro lado, alguns exemplares possuíam encadernações luxuosas, com aplicações em ouro ou prata e cravejadas de pedras preciosas. Alguns desses manuscritos, para além de constituírem valiosas fontes iconográficas, são também verdadeiras obras-primas da pintura, como são os casos do *Livro de Horas do Duque de Berry* (1412-1416, Château de Chantilly); do *Livro de Horas de Catarina de Clèves* (c. 1440, Morgan Library); do *Breviário de Isabel a Católica* (c. 1490, British Library); ou do *Livro de Horas de D. Manuel* (1517-1538, MNA).

Todavia, a maior revolução sofrida pelo livro resultaria da conjugação de duas extraordinárias inovações: o *papel* (trazido da China pelos Árabes e difundido na Europa sobretudo a partir do século XIV) e a *impressão*. Embora os chineses já utilizassem formas embrionárias de imprensa, como a *xilografia*, seria apenas nos meados do século XV que este prodigioso invento teria verdadeiro sucesso, quando o alemão Johannes Gutenberg começou a utilizar caracteres ou tipos móveis. Os *incunábulo*s tinham, porém, tiragens muito limitadas, raramente ultrapassando os mil exemplares. A partir do século XVI, com a revitalização da cultura proporcionada pelo humanismo renascentista, as edições chegam a ultrapassar os três mil exemplares. Mas seria apenas no século XIX, com a revolução industrial e os alvares da tipografia mecanizada que a imprensa sofreria um novo impulso. Os jornais, aparecidos no século XVII, ganham então cada vez mais leitores, à medida que avança a alfabetização. As novas correntes literárias, como o romantismo e o realismo, dão origem a verdadeiras catadupas criativas e atraem ainda mais leitores. (A título de exemplo: em 1814, foram vendidos 10 mil exemplares de *O Corsário*, de Lord Byron, no próprio dia da sua aparição).



Frontispício do tomo I dos *Sermões*, do Pe. António Vieira (1679). Biblioteca do Colégio de S. Pedro, Universidade de Coimbra.



Todo o conteúdo da Biblioteca Joanina, da Universidade de Coimbra, caberia nesta pen e ainda sobraria muito espaço.

Já no final do século XIX surge o *linótipo*, a máquina de compor que alguns de nós ainda chegámos a conhecer. O *offset*, a quadricromia, a fotocomposição e as modernas técnicas informáticas de trabalho gráfico culminariam um progresso alucinante. Hoje são possíveis tiragens de centenas de milhares, ou mesmo de milhões de exemplares dos mais belos livros em tempo recorde, com uma qualidade gráfica inexcelável.

O livro é hoje indispensável, quer como objecto civilizacional quer como símbolo cultural. Não conseguimos imaginar um mundo sem livros. E, no entanto, o livro está ameaçado. Pelo comodismo e pelo desinteresse que conduz as pessoas a lerem cada vez menos porque é muito mais fácil olhar para a televisão, sobretudo se forem programas sem legendas.

Esta situação generalizada, porém, deve fazer-nos reflectir e procurar alternativas. A atracção das novas gerações pelas consolas de jogos, pelos ecrãs de televisão e pelos computadores parece apontar o caminho. A vulgarização das chamadas auto-estradas da comunicação, como a Internet, possibilita hoje o acesso imediato a revistas, livros, jornais, bibliotecas, museus, arquivos, etc. É este o novo caminho.

Um único DVD permite armazenar uma enciclopédia com dez ou quinze volumes, ou uma história da Arte com três ou quatro tomos ilustrados, ou o catálogo completo de um grande museu. E o *Blu-ray*, um suporte informático mais recente, tem capacidade para guardar cerca de dez vezes mais informação que um DVD. Até uma simples *pen* ou um *cartão de memória SD*, pouco maior que uma unha, disponibilizam 128 GB (o equivalente a cerca de 26 DVD, ou 12 milhões de páginas de texto, ou 100 mil fotografias, ou 25 mil ficheiros de música em mp3). E acaba de ser lançada no mercado a primeira *pen* com 256 GB!

Está muito próximo o tempo em que o conteúdo das grandes bibliotecas mundiais – ou dos arquivos – se encontrará integralmente digitalizado e disponível nas nossas casas, no ecrã do nosso computador, do nosso *smartphone* (como o iPhone) ou do nosso *tablet* (como o iPad).

Ao falarmos, porém, de DVD, *Blu-ray* ou discos rígidos, já estamos a “falar do passado”. Hoje encontramos-nos no limiar de uma nova revolução digital: caminhamos “rumo à nuvem” (*cloud computing*), uma das mais recentes tendências tecnológicas do nosso tempo. Na verdade, a inovação, neste domínio, tem sido de tal ordem que todos os suportes de que acabámos de falar poderão em breve ser desne-

cessários. E, do mesmo modo, os próprios computadores, sejam eles portáteis ou de secretária. A informação e os programas informáticos deixarão de estar guardados em suportes físicos pessoais; encontrar-se-ão disponíveis e acessíveis, em permanência, em verdadeiras “nuvens de servidores” (*cloud platforms*) pertencentes a empresas fornecedoras de serviços na área das TIC, como a Google, a Amazon ou a PT. No meu *tablet*, numa mesa de café, poderei aceder, instantaneamente, a milhões de títulos de livros, jornais, revistas, vídeos; ou aos meus ficheiros pessoais de texto, música ou fotografia, armazenados algures num “bunker” canadiano ou finlandês. Mesmo que o *tablet* não tenha leitor de DVD/*Blu-ray* ou disco rígido de grande capacidade; basta que tenha acesso *wireless* à Internet e aplicações *Web*. O *software* será fornecido como um serviço: não necessitaremos de adquirir e instalar aplicações dispendiosas e “pesadas”, como o Microsoft Office ou o Photoshop, pois pagaremos apenas pela sua utilização, como hoje pagamos pelo fornecimento de televisão. Claro que o sucesso deste novo paradigma da sociedade da informação dependerá, como é óbvio, da capacidade de transferência de dados (com a generalização da banda larga de alto débito) e da segurança.

Se a criança ou o jovem prefere «ler» um livro, consultar uma enciclopédia ou «visitar» o American Museum of Natural History no ecrã de um computador, incentivemo-lo. A Escola deve apenas ensinar-lhe os processos e facultar-lhe os meios. E a família, sempre que possível, deverá fazer o mesmo.

Os livros e os jornais tornam-se electrónicos? Ganha-se e perde-se com isso. Haverá sempre quem prefira o acto solitário da leitura da palavra impressa, a visualização repetida de uma bela reprodução fotográfica, o sabor de uma metáfora poética que só o livro tradicional possibilita. E, depois, há o prazer do manuseamento do próprio



Leitor electrónico de livros (*e-book reader*).

livro em si, o toque do papel, o acto de o oferecer e de o receber, sabê-lo na estante, sempre disponível, colecioná-lo, transmiti-lo. Talvez dentro de muitos, muitos anos, num qualquer admirável mundo novo, deixe de haver livros. Se calhar porque não será mais possível derrubar florestas para fazer papel. Mas, até lá, embora seja fascinante entrar na Biblioteca do Congresso do Estados Unidos ou no arquivo do *Le Monde* com o simples clique de um rato de computador, vale a pena folhear regaladamente a *Bíblia dos Jerónimos*, na preciosa edição conjunta Bertrand/Franco Maria Ricci. Ou reler calmamente, repetidamente, as páginas amareladas da *Serra Mãe*, semicerrando os olhos de quando em vez para tentar ver e sentir a Arrábida como Sebastião da Gama a viu e sentiu. As novas tecnologias não representam, necessariamente, a morte de Gutenberg. ■

AS LEIS PRAGMÁTICAS

Na grande maioria, as leis designadas por *pragmáticas*, de iniciativa régia, tiveram por intuito – nem sempre conseguido – regular as condições da vida social de forma a assegurar a austeridade nos costumes pela restrição do luxo e pela sobriedade na mesa.

Atribui-se a D. Pedro I a promulgação da primeira *pragmática* contra o luxo excessivo, que pretendeu reprimir com extremo rigor, desde açoites em público pela infração, à pena de morte, em casos de reincidência. Em 1487, D. João II promulgou uma *pragmática* que estabelecia a proibição total do uso de vestuário de elevado preço, rendas, guarnições e adornos dispendiosos; o uso de sedas só era permitido em trajos de exterior. Posteriormente, D. Manuel I e D. João III intentaram prosseguir o mesmo objectivo mas sem resultados efectivos. No reinado de D. Sebastião, empregaram-se grandes esforços para reprimir o luxo desenfreado da gente da corte e da nobreza, que então formava chocante contraste com a desolada parcimónia de vestuário e alimentação das classes mais baixas. De 1566 data uma *pragmática* destinada à regulamentação da indumentária, da mesa e da moradia (desde o número de peças de vestuário ao adorno dos aposentos e à quantidade de iguarias, sem exceptuar os lutos), que, renovada em 1569 e 1570, parece não ter produzido os efeitos desejados. Com o domínio filipino reacende-se o luxo das classes dominantes. No reinado de D. Pedro II alarga-se o âmbito desta incessante luta contra o luxo, com a *pragmática* de 1677 que proibia formalmente o uso de tecidos e adornos fabricados no estrangeiro. Procurando morigerar os costumes, esta lei protegia simultaneamente as indústrias nacionais. Em 1686, 1688 e 1698, outras tantas leis reiteravam os mesmos objectivos, com o fim de assegurarem o florescimento de indústrias nascentes no nosso país. D. João V continuou esta política proteccionista e, em 1749, proíbe o uso de roupas brancas bordadas e de tecidos de sedas de procedência estrangeira, e só permitia a importação de sedas lisas e veludos ou damascos lavrados (de uma só cor) ou de tecidos de seda orientais se viessem transportados em navios portugueses. Seu filho, D. José, promulgou em 1751 a que seria a última lei *pragmática*. Pouco mais tarde, as grandes transformações políticas da Europa do século XIX anularam o poder absoluto dos reis e com ele cessou também o uso das *pragmáticas*.

Elementos recolhidos e seleccionados por M. Lúcia Garcia Marques

ASSEMBLEIA GERAL DE 2011

No passado dia 14 de Outubro realizou-se a Assembleia Geral para 2011 da SCUCP. Foi precedida como habitualmente por uma conferência, este ano a cargo do Prof. Doutor Alexandre Castro Caldas que tratou o tema «Neuroplasticidade».

De acordo com a ordem de trabalhos votou-se o projecto da Acta da reunião anterior, o Relatório e contas relativas a 2010 e aprovou-se o orçamento para o ano corrente, bem como a alteração do n.º 1 do artigo 21.º dos Estatutos da SCUCP e a lista de admissão dos novos sócios.

Ouviram-se ainda as comunicações do Senhor Presidente da Direcção da Sociedade, relatando as actividades e projectos da SCUCP, e do Senhor Reitor subordinada ao título «A Presença da Sociedade Científica na vida da UCP», cujos textos se apresentam a seguir. ■

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

Manuel J. do Carmo Ferreira¹

A Assembleia Geral foi omissa, na sua anterior reunião, quer em apreciar as linhas programáticas propostas pela Direcção eleita quer em indicar ou sugerir acções a desenvolver no âmbito da Sociedade Científica.

Deste modo, cabendo sobremaneira à Direcção apoiar as iniciativas dos sócios, e não havendo um quadro habitual de realizações, procurou-se criar condições para uma apresentação estruturada dessas iniciativas, através de uma reformulação das secções existentes, às quais tais iniciativas incumbiriam primariamente. As presentes secções, de facto, pareciam em número excessivo (15), fortemente dependentes da classificação escolar dos saberes, carecendo, em metade delas, de coordenador designado, com uma composição assaz desequilibrada, pois a distribuição dos membros ia de dois a quarenta e sete. As funções das secções também não se encontravam organicamente estabelecidas. Acresce ainda que o Conselho Científico, previsto nos Estatutos, em momento algum fora activado.

Considerou-se assim que se impunha um esforço prévio de organização que viesse promover e sustentar os trabalhos da Sociedade Científica. O primeiro passo foi fazer funcionar ainda informalmente o Conselho Científico, convidando-se os Coordenadores, já designados por Direcções anteriores ou solicitados agora para o desempenho interino da função, para duas reuniões, com o objectivo genérico de reflectir sobre a situação existente e o objectivo específico de repensar a configuração e o papel das secções. Um dos resultados conseguidos foi o estabelecimento e discussão das propostas que figuram no ponto 4 da agenda da presente reunião. E ao Conselho Científico aqui em esboço pediu-se já o determinante contributo de se pronunciar sobre a lista dos novos membros a apresentar a esta Assembleia.

Da actividade entretanto realizada importa destacar o ‘Encontro da Epifania’, momento sempre grato de convívio dos sócios, proporcionado por uma visita guiada à exposição “Os Primitivos Portugueses”, e a continuidade dada ao Boletim *Lumen Veritatis*, que se deve à generosidade ímpar da Prof.^a Maria Lúcia Garcia Marques e de que foram publicados dois números, estando pronto o terceiro, a aguardar distribuição oportuna. Foi igualmente criada uma revista *on-line*, adoptando o título *Gaudium Sciendi*, iniciativa que conta desde a sua concepção com o empenhamento da Prof.^a Maria Laura Bettencourt Pires.

No período considerado desenrolou-se ainda a preparação de três encontros científicos: o primeiro realizado no dia 17 de Novembro, uma jornada em torno das questões da eutanásia, testamento vital e cuidados paliativos e que se intitulou “*Vivos até morrer*”, com intervenções de especialistas de diferentes áreas, de iniciativa do Prof. José Manuel Pereira de Almeida; o segundo, um seminário que terá lugar em Dezembro, organizado pela Prof.^a Laura Pires sobre a versão King James da *Bíblia*; os Profs. Xavier Pintado, Silva e Sousa e Mendes Ferrão vêm igualmente preparando em conjunto o terceiro encontro, um projecto de reflexão crítica de grande fôlego sobre a crise contemporânea.

Foi mais ampla, no entanto, a esfera de iniciativas da actual Direcção, mas sem o conseguimento desejado, nomeadamente a dinamização da página *on-line* da Sociedade e o começo de realização do compromisso programático de produzir o volume enciclopédico *Anthropos*: para a primeira não houve disponibilidade dos sócios contactados e para o segundo não se encontrou coordenador.

Fica-nos a esperança de poder prosseguir, com as sugestões e propostas desta Assembleia. ■

¹ Presidente da Direcção da SCUCP.

A PRESENÇA DA SOCIEDADE CIENTÍFICA NA VIDA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA

Manuel Braga da Cruz¹

Agradeço ao Senhor Presidente da Sociedade Científica o convite para vir a esta Assembleia Geral apresentar algumas ideias sobre a presença da Sociedade Científica na vida da Universidade Católica, e a oportunidade para de novo reflectir sobre o imprescindível contributo que a Sociedade Científica pode e deve dar à Universidade Católica para a prossecução dos seus fins.

Para tanto afigura-se indispensável, antes de mais, revisitar a fundação da Sociedade Científica, para colher nas suas origens o sentido da sua criação, para além das circunstâncias em que ocorreu, e do modelo em que se inspirou.

1. A Sociedade Científica foi fundada em 1980, por ocasião da inauguração do Centro Regional das Beiras em Viseu, quando a Universidade Católica levava já 13 anos de existência. Foi seu modelo inspirador, aliás confessado no Manifesto de fundação, a alemã *Gorres Gesellschaft* que, num país onde não existem praticamente Universidades Católicas (excepção feita para a Universidade de Einschat na Baviera), reúne a poderosa e influente comunidade de universitários católicos naquele país. A presença da Igreja na Universidade na Alemanha traduziu-se, não tanto na existência de instituições próprias ou de inspiração cristã, como acontece na maioria dos demais países europeus (excepção feita para os países anglo-saxónicos e nórdicos), mas antes no associativismo dos universitários católicos, inseridos profissionalmente nas mais variadas instituições.

A cultura universitária católica conhece assim na Europa diversas expressões de organização e de intervenção.

Em Portugal, a cultura universitária católica, bem anterior à fundação da Universidade Católica, não se esgotou na criação da própria Universidade Católica, mas continuou disseminada por muitas instituições e universidades, fazendo porém da Universidade Católica um pólo agregador e irradiador dos seus princípios inspiradores.

A Universidade Católica é, como sabem, resultado de um sonho antigo e de um esforço prolongado dos católicos portugueses, e muito especialmente dos universitários católicos portugueses, à frente dos quais avulta o nome, nunca esquecido, do Cardeal Patriarca D. Manuel Gonçalves Cerejeira. Apresentou-se, no seu início, como uma universidade da Igreja, onde confluam por isso como professores os universitários católicos mais qualificados. Não tendo corpo docente próprio, a Universidade Católica foi buscar os seus primeiros professores às demais universidades já existentes, recrutando entre os melhores e que mais se identificavam com os seus princípios enformadores.

A Universidade Católica começou assim a funcionar em Portugal ao lado, e em paralelo, com as demais universidades públicas, num panorama universitário de onde estava arredada até então a iniciativa privada ou social e que, por ser caracterizado pela crescente procura de ensino superior, não era ainda atravessado pela concorrência e competição com as demais universidades que hoje se verifica. Eram os tempos do paralelismo, que muito beneficiou da crise

das universidades públicas, durante a transição revolucionária, da degradação da sua qualidade e do afastamento de muitos e excelentes professores, que a Universidade Católica soube aproveitar, oferecendo-lhes alternativa de prosseguimento da sua actividade académica. Não foi por isso difícil à Universidade Católica vir a ser admitida no CRUP, pela mão do então seu presidente Prof. Doutor Esperança Pina.

Quando a Sociedade Científica foi criada, em 1980, vivia-se ainda o rescaldo da agitação revolucionária, em pleno período de transição constitucional, que só terminaria com a revisão da Constituição em 1982.

A Sociedade Científica concebeu-se, por conseguinte, desde a origem, como a plataforma congregadora de universitários católicos para apoiar a Universidade Católica, no período da sua consolidação inicial, garantindo-lhe colaboradores, numa altura em que ela ainda não tinha professores exclusivamente seus, ou quando nela se iniciavam como docentes jovens que necessitavam de enquadramento científico e académico, quer nacional quer internacional. Não sendo rigorosamente um centro de extracção de professores da UCP, a Sociedade Científica foi contudo uma poderosa aliada da Universidade na promoção de uma cultura universitária católica em Portugal, de que a Universidade Católica se pretendia focos irradiador, como o comprovam as várias enciclopédias católicas editadas pela VERBO e promovidas pela Sociedade Científica.

A Sociedade Científica concebeu-se, desde o início, como uma projecção da UCP no mundo universitário, para além das suas fronteiras institucionais, congregadora de energias polarizadas por objectivos científicos e culturais comuns, como se dizia no Manifesto fundador. A Sociedade Científica destinava-se a amplificar o espírito universitário que irradiava da UCP, formando com ela uma “comunidade cultural solidária”. Para isso, propunha-se reunir personalidades e grupos, não apenas de universitários, mas também de publicistas e editores, que potenciavam a capacidade de investigação e de promoção da cultura universitária católica.

2. Mais de 30 anos são volvidos sobre a fundação da Sociedade Científica, e o panorama universitário português sofreu profundas alterações, obrigando a Universidade Católica, para sobreviver no novo clima de fortíssima competição inter-universitária, a adoptar perfil próprio, corpo docente próprio exclusivo, e ofertas que propiciem valorização pessoal e profissional dos seus alunos que justifiquem as propinas que os pais são obrigados a suportar integralmente.

Como é do conhecimento público, a procura universitária decresceu, tanto por razões demográficas como também pela crescente perda de crédito do ensino superior, pelo desfasamento com o mercado de trabalho. Essa diminuição de alunos fez surgir uma dura concorrência desleal por parte das universidades públicas para com a Universidade Católica, numa competição cerrada por alunos, por professores, por recursos financeiros, por prestígio social.

A Universidade Católica viu-se obrigada a intensificar a sua cultura institucional, a reforçar a sua identidade própria e o sentido de pertença dos seus professores e alunos, para enfrentar as condições desiguais de participação nesta competição. O clima

¹ Reitor da Universidade Católica Portuguesa.

concorrencial, que sucedeu ao do paralelismo, se não impediu, pelo menos dificultou algumas relações com outras universidades, e até com alguns dos professores dessas universidades. O que suscita novos desafios à Sociedade Científica, no seu papel de parceiro da Universidade Católica na promoção da cultura universitária católica em Portugal.

Não estão em causa os princípios que nortearam a criação nem da UCP nem da Sociedade Científica, mas tão só as condições em que se processam as suas relações e as suas intervenções, obrigando a um repensamento dos métodos de actuação.

A Sociedade Científica continua a definir-se como o grande pólo agregador dos universitários católicos, muito para além dos limites circunscritos institucionais da UCP, apostados em levar ao mundo universitário português e internacional aqueles princípios inspiradores da UCP que são os da evangelização da cultura, da ciência e da sociedade.

O que se espera e se pede aos membros da Sociedade Científica não é apenas que cooperem com a Universidade Católica, mas que, com ela, potenciem a capacidade de intervenção da Igreja no mundo universitário português, promovendo o diálogo entre a ciência e a fé, e entre a cultura e o evangelho, a dignificação do homem e o desenvolvimento integral da sociedade.

A Sociedade Científica tem, atribuída pelos seus estatutos, como finalidades, “promover a cultura” “inspirada nos valores cristãos”, e a “investigação científica numa perspectiva interdisciplinar”. É uma sociedade cultural e científica, que tem no evangelho a fonte inspiradora de uma actuação académica e universitária.

Nesse sentido a Sociedade Científica é parceira da Universidade Católica na promoção de uma cultura universitária católica, entendida como *cultura científica* guiada e balizada pela fé e pelos valores éticos do cristianismo, como *cultura humanista* apostada na impregnação da cultura tecnológica pela visão evangélica do homem, como *cultura artística* empenhada na abertura da estética à transcendência.

A primeira dimensão desta parceria está na realização conjunta de iniciativas académicas, para os seus membros mas também para o grande público, que congreguem contributos que a Universidade Católica por si só não está em condições de satisfazer. A Universidade Católica, pelos condicionalismos em que é forçada a actuar, não tem podido abrir-se a alguns ramos culturais e científicos, onde a sua presença se justificaria. O que significa que a Universidade Católica tem dificuldade em atingir por si só aquele nível de interdisciplinariedade que a “comunidade universitária católica” deve procurar realizar. Os académicos católicos dessas áreas científicas não cultivadas pela Universidade Católica são parceiros imprescindíveis na prossecução dos objectivos que são comuns à “comunidade universitária católica”.

Nos últimos anos, muitas iniciativas têm tido lugar, desde colóquios a conferências, que têm respondido a este primeiro plano da cooperação entre a Universidade e a Sociedade Científica, chamando a atenção para os grandes documentos pontifícios, para os grandes acontecimentos na vida da Igreja, para os problemas surgidos nas relações entre a Igreja e o Estado.

A segunda dimensão da parceria UCP-Sociedade Científica está na promoção conjunta de iniciativas tendentes a afirmar a “visão cristã do homem e do mundo” no panorama universitário e intelectual português. As enciclopédias que nos primeiros anos foram editadas são bem a ilustração desta perspectiva. A Sociedade Científica pode e deve ser a plataforma que, a partir da UCP, congregue, em torno de iniciativas académicas e científicas específicas e temáticas, colaboradores do mundo universitário e intelectual

português, para projectos de vasto alcance nacional e até internacional. Estamos a falar de edições, mas também de obras de maior e mais duradouro fôlego e impacto, como a criação de Comissões de Estudo em torno de grandes questões e problemas.

Não se trata de rivalizar com as estruturas da Universidade Católica em projectos e candidaturas a financiamento mas de, em áreas onde a Universidade seja, por si só, incapaz de fazer face às necessidades e desafios, convidar a Sociedade Científica a concretizar projectos que a ambos ultrapassem separadamente.

Não é de excluir, nesta perspectiva, a par de iniciativas próprias da Sociedade Científica, a abertura das actividades, cursos e centros da Universidade Católica aos membros da Sociedade Científica, como já vem acontecendo.

Uma terceira dimensão da parceria UCP-Sociedade Científica está no alargamento da presença da “cultura universitária católica” aos centros universitários onde não é possível a presença da Universidade Católica.

O recuo a que a Universidade Católica tem sido obrigada nos últimos anos, com o abandono de Leiria, Caldas da Rainha, Figueira da Foz, Madeira, e parcialmente em Viseu, por ausência de condições para competir com outras instituições públicas, quer Universidades quer Politécnicos, bem como a impossibilidade de se sediar em todas as cidades universitárias portuguesas, obriga a repensar em diferentes termos a presença da UC e da “cultura universitária católica” nessas academias.

O recente Protocolo assinado pela UC com a Universidade de Coimbra, para ministrar conjuntamente naquela cidade, nas instalações do CADC, cursos avançados de formação pós-graduada, meramente conferentes de diploma e não de grau, sobre temáticas da “cultura católica” (Doutrina Social da Igreja, Antropologia Cristã, Estudos Teológicos e Bíblicos, etc.), envolvendo neles um número significativo de professores daquela universidade, membros da Sociedade Científica, é uma eloquente demonstração de potencialidades que se nos abrem.

A Sociedade Científica poderia bem ter núcleos nas cidades universitárias onde a UCP não está presente, para aí reunir os universitários católicos que, em colaboração com professores da UCP, poderiam vir a oferecer, em parceria com as universidades locais, cursos de formação cultural e científica de inspiração cristã.

Nessa altura, a Sociedade Científica poderia bem ser uma extensão da Universidade Católica Portuguesa, onde ela não pode instalar-se nem institucional nem organicamente, sem entrar em competição com as universidades locais.

De uma coisa precisam estas três dimensões da parceria que acabo de enunciar: de um revigoramento da identidade e missão da “comunidade universitária católica”.

A Universidade Católica Portuguesa está empenhada em preparar as comemorações dos seus próximos 45 anos de existência, que vão ter lugar na Primavera de 2012, com uma ampla e profunda reflexão sobre a identidade e missão da sua catolicidade, a culminar com uma grande peregrinação da Universidade a Fátima, para, uma vez mais, aí renovarmos a nossa consagração mariana. Muito gostaríamos de ver associada a Sociedade Científica a esta nossa reflexão e peregrinação.

Temos sido parceiros de caminho no passado. Queremos continuar a sê-lo, e mais ainda, no futuro.

Obrigado pois à Sociedade Científica pela disponibilidade e pelo empenho em apoiar a missão da UCP, que é missão da Igreja a que todos pertencemos. ■

PARA SEMPRE AUTORES E OBRAS

Luís Archer – Recordando um homem da Fé e da Ciência (1926-2011)

Maria Lúcia Garcia Marques¹

Em 1985, tive o privilégio de acompanhar e transcrever uma entrevista que o Pe. Luís Archer concedeu à *Revista ICALP* (do Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, hoje Instituto Camões) em que dialogou com a também saudosa Prof.^a Maria de Lurdes Belchior².

Perguntou-lhe ela, a certo passo, como se tinham enraizado na sua vida as duas vocações a que se votara. Eis a sua resposta:

“As raízes que consigo identificar são tortuosas e comicamente entrelaçadas. Mas para as contar bastam os dedos da mão:

1. Uma licenciatura, por acaso em Biologia, aos 21 anos, com investigação começada aos 18. Da minha parte sem convicção mas com afinco. Da parte da Faculdade (Porto) com a aposta de que eu ficaria lá toda a vida. Aposta perdida com a minha entrada nos jesuítas e com os 15 anos seguintes. As Humanidades, a Filosofia, a Teologia e o Sacerdócio tinham-me redimido da estreitura do biológico.
2. Aos 35 anos, a decisão dos meus Superiores, oposta ao meu gosto e argumentação cerrada, mas escudada em parte na malfadada licenciatura: o meu destino seria biologia, ficando o «como» à minha conta.
3. A reacção dos meus genes a traumatismos de infância, causados estes por homens de Igreja que filosofavam sobre ciências, sem terem delas nem os melhores graus académicos nem profissionalização séria. Teria de ser o oposto em toda a linha.
4. Um gene maníaco de eficácia e produtividade, que toda a vida me tem tiranizado, e me forçou, desde os 19 anos, a publicar e a produzir mais do que devia.
5. Um gene de actor. Gene nunca profissionalizado mas que me arrasta a ser, muitas vezes, um *entertainer* em *scientific shows*.

O resto, aconteceu. E aconteceu sem que eu tivesse suficiente imaginação para sequer sonhar com nenhum dos lugares em que me têm posto, ou procurar qualquer dos colaboradores que tenho

tido. Simplesmente, aconteceu. Ainda muitas vezes me pergunto como...”

Questionado sobre o âmbito da sua própria afirmação: “Não há síntese possível entre fé cristã e ciência” (no artigo *Mito humano e operacionalidade científica*) aduz:

“[...] Hoje a ciência criou o seu próprio universo – o mundo científico – que inclui as extrapolações míticas e as mundividências que insensivelmente transformam o paradigma científico numa nova forma de entender o mundo, a vida e o homem.

É entre este mundo científico, por sua natureza totalizante, e a fé cristã experiencial, também totalizante, que não vejo síntese possível mas só ruptura, ao nível racional. Entre os seus princípios de vida ninguém poderá trazer a paz, mas só a espada.

Acontece, porém, que a vivência da fé nos comunica, depois, uma aguda sensibilidade para detectar infiltrações secretas de Deus por entre todos os ídolos, contradições e espadas, e nos leva à opção de fazer, Nele, o circuito completo do Amor universal. Por isso acrescentei «que há superação unificante ao nível da opção vivencial através dum Espírito que está acima de nós e muito para lá de todos estes nossos esquemas».

Mas isso exige, normalmente, a total disponibilidade para um salto meta-empírico em resposta ao «Vinde e vede» de Jesus de Nazaré. O trágico é que essa experiência maravilhosa parece ficar normalmente interdita aos que estão seguros da sua verdade e instalados na racionalidade, e ser facilitada sobretudo aos insatisfeitos e descrentes de si”.

E, a terminar a conversa, salienta, convicto:

“É corrida imparável para o impossível, esta lógica tecnológica do «quanto mais melhor». Uma espécie de vício que já não dá prazer.

Francisco de Assis encontrou uma Felicidade maior e mais estável ao seguir uma lógica inversa – a do «quanto menos melhor», pelo Reino dos Céus. Quando totalmente pobre, sem nada mesmo, Deus lhe apareceu e se constituiu a sua Felicidade para sempre.

Também hoje, ainda que o não pareça, há muitos Franciscos desses, e cada vez mais, a subverter perigosamente o Tecnocosmos”.

Que assim seja! ■

¹ Professora universitária.

² Versão completa disponível no n.º 2 da *Revista ICALP* de Dezembro de 1985 (págs. 23-44).

Manuel de Oliveira Pulquério (1928-2011)

Martim de Albuquerque¹

Entre as personalidades marcantes, como tal inesquecíveis, com que tive o privilégio de conviver – e não poucas foram –, o Professor Manuel de Oliveira Pulquério ocupa, sem qualquer dúvida, lugar cimeiro. E as linhas subsequentes, não constituindo senão pálido testemunho, possuem, todavia, a carga existencial de algo que foi fortemente vivido. Nisso estará o seu exclusivo mérito.

Fazíamos cerca de oito anos de diferença. E foi meu explicador de latim. Com vista ao ingresso na Faculdade de Direito de Lisboa, precisei nesses já longínquos anos de juventude, de lições suplementares na matéria e por indicação de Walter Sousa de Medeiros, ao tempo assistente na Faculdade de Letras de Lisboa, na qual meu Pai era professor, a escolha recaiu em Manuel Pulquério. Passei, assim, a frequentar duas vezes por semana ao longo de um ano a casa daquele que hoje recordo com admiração incontida. Casa situada na zona da Morais Soares.

Os progressos revelaram-se quase de imediato. Falei nisso aos colegas. E arrastei para as suas explicações dois deles, também pretendentes à admissão em Direito e ambos filhos de Amigos de meu Pai. Um desses estudantes, Luís Filipe da Câmara Pina, dos mais vivos e irradiantes espíritos da nossa geração, morreu novo. O outro, José Luís Gomes, seguiu a carreira do Ministério dos Negócios Estrangeiros, chegando a embaixador. Todos vencemos galhardamente a barreira do latim graças ao «Dr. Pulquério». Discreto, modesto, mas consciente de si, e por isso, absolutamente seguro, de uma tranquilidade ímpar, jamais se desviando das matérias, ensinava com bonomia crítica exemplar. Nunca se zangava. Estava atento em permanência às nossas dificuldades. Antevia as dúvidas e os obstáculos. Era metódico. E, não obstante, sempre disposto a voltar atrás se pressentia perplexidades ou vacilações.

À clareza, Manuel Pulquério aliava suave disciplina. Impunha-se sem que se desse por tal. Naturalmente. Por e sob orientação dele elaborávamos cadernos em que, de modo sistemático e progressivo, registávamos, numa sequência lógica rigorosa, as dificuldades recorrentes da língua do Lácio e as particularidades que representavam ou podiam representar percalços – os *alçapões*, como lhes chamava. Por outro lado, anotávamos, também, o léxico mais difícil, menos trivial ou mais afastado do português, mas de uso frequente. O restante, como sublinhava, viria quase espontaneamente, ao ritmo dos textos. A par e passo. Começava, pois, descomplexando o árduo, o duro de roer, deixando o resto ao curso natural das coisas e à aptidão inata de cada um. Como explicava, enquanto mastigava uma eterna pastilha, havia dois objectivos primordiais a atingir – passarmos no *exame* e ficarmos com as *bases essenciais* à prossecução do estudo da língua latina, caso dela viéssemos a precisar nas nossas carreiras. Para lá destes desideratos, contudo, Manuel Pulquério, a propósito dos textos que tínhamos de ler por obrigação curricular, procurava, sem qualquer alarde ou exibição, fazer pulsar em nós o sentido literário e estético dos autores latinos, a clareza ou a subtilidade das formas usadas, os cambiantes, contrastes, antinomias... Despertava o nosso espírito e a nossa sensibilidade para a essência do pormenor. Esse quase nada em que reside a diferença. Algo que só alguém dotado de verdadeiro talento consegue transmitir e passar como mensagem a almas jovens. Dele, pela primeira vez ouvi e registei para sempre a dupla interpretação política de Tácito – o Tácito que historiou as

vidas dos imperadores romanos para dar uma formidável lição de ética e um Tácito, oposto, que fez o levantamento delas a fim de ensinar o realismo do poder. Dele igualmente e a respeito precisamente do autor dos Anais, escutei o nome de um dos maiores humanistas europeus, Justo Lípsio, e tomei conhecimento do papel que a este coube na divulgação tacitiana. Dois temas que me apraz consignar, pois a eles voltei mais de uma vez nos quadros da Cultura Portuguesa e sobre eles tenho escrito.

Nas voltas que tem a vida, perderam-se os dois cadernos já referidos. Com pena o digo e confesso. Mas não a memória dos ensinamentos de Manuel Pulquério. E jamais olvidarei que, nos últimos meses de lição, o explicador ultrapassava o horário para ficar, não raro, conversando sobre temas da Antiguidade Romana – épocas, mitos, pessoas, obras... -, numa atitude distendida, mas verdadeiramente pedagógica e quase fraterna.

Vencemos os três o exame de latim, como disse. Entrei na Faculdade de Direito e ainda sob a influência das lições de Manuel Pulquério logo no primeiro ano deixei-me seduzir pelo Direito Romano, para o que não pouco ajudaria, também, a docência da matéria, que foi leccionada por outro grande Mestre – Raul Ventura –, o qual, em dada altura do respectivo exame me obrigou, inesperadamente, à exegese e discussão de um passo dos *Digesta*. Valeu-me *São Pulquério!* Ainda pensei especializar-me em Direito Romano, mas acabei por inverter a marcha no sentido da História do Direito. Aí, embora de outro modo, o substracto cultural romano subjacente me foi ao longo da vida precioso auxiliar.

Manuel Pulquério fixou-se definitivamente em Coimbra, onde teve um percurso académico notável. Assistente desde 1958, doutorou-se na respectiva Faculdade de Letras em 1964, com uma tese sobre a *Estrutura e Função do Diálogo Lírico Epirremático em Êsquilo*, fazendo os concursos para professor extraordinário em 1969 e para catedrático em 1971, vindo, ainda, a ser Vice-Reitor da Universidade de 1979 a 1982. A sua carreira universitária passou, além disso, por momentos fundacionais da Faculdade de Letras do Pólo de Viseu, do Pólo Regional das Beiras, para culminar na Universidade Católica Portuguesa.

A vida, naturalmente, separou-nos. Em 1968, trocámos ainda, ocasionalmente, felicitações recíprocas, pois ambos recebemos, então, um Prémio Nacional. Ele, o de Ensaio, com a *Problemática da Tragédia Sofocliana*; eu, o de História, com *O Poder Político no Renascimento Português*, obra em que a sua influência está difusa, mas exuberantemente latente e que lhe tem muito a dever.

Passaram anos. Os afazeres diários e as circunstâncias interuseram-se. E só nos voltámos a encontrar muito depois, graças aos bons ofícios da Prof.^a Marília Pulquério Futre Pinheiro, que conheci casualmente num congresso de Estudos Clássicos. No jantar de encerramento desse encontro, veio, por mero acaso, à conversa a minha profunda admiração por seu Tio. O retomar do contacto com o antigo explicador, de cuja obra já tendo notícia, deu-se no Grémio Literário. Com alegria. Com genuinidade. De parte a parte. Passámos a corresponder-nos e a trocar publicações. Até que em Março passado a morte colocou ponto final na convivência. Ainda hoje sinto o frémito de emoção da notícia. Mas, enquanto Deus me der vida e conhecimento, a memória do Prof. Manuel de Oliveira Pulquério não me abandonará. Porque, e para tudo dizer, ele representa uma das minhas figuras inesquecíveis. ■

¹ Professor Catedrático Jubilado da Faculdade de Direito de Lisboa.

MARIA LÚCIA TORRES LEPECKI (1940-2011)

Joaquim Cerqueira Gonçalves¹

Quando se pretende salvaguardar a memória de alguém que tende inevitavelmente a perder-se na grande vala comum do esquecimento, recorre-se, geralmente, a gavetões sociais, para neles gravar os nomes e os títulos mais significativos. Poderiam ser, aliás, múltiplos os que estariam ao nosso dispor para perenizar, tanto quanto possível, a referência a Maria Lúcia Lepecki, na certeza, porém, de que a sua personalidade excede a dimensão e o simbolismo de todos eles². Sendo ela uma figura de diversos palcos de grande visibilidade, sobretudo o dos textos, escritos e falados, qualquer ribalta, contudo, não passaria de um indício, por vezes de um sintoma, não raro de um disfarce da Maria Lúcia. Somente as suas *historinhas* – a expressão é dela –, tanto da sua como da nossa predilecção, falam, indirecta e aproximadamente, da sua personalidade, não obstante o seu talento de atriz, de versáteis manifestações, mas que, numa natural estratégia de ampliação e no seu peculiar estilo, remetiam sempre para o não dito e não visto do seu perfil humano.

Maria Lúcia Lepecki é um ímpar *case-study*, melhor dito, constitui um caso à parte, mais precisamente, uma ímpar personalidade, quer por natural desígnio, quer por elaborada arte de viver. Ao desconstruir, no intuito de melhor apreender o sentido da existência de Maria Lúcia, os moldes sociais que naturalmente lhe assentariam, desde a docência universitária ao mester de escritora, sentir-nos-emos obrigados a deter-nos, por um pouco, no complexo húmus da cultura – M. L. Lepecki era uma *Mulher de cultura*. Esta, contudo, referida ao seu caso, terá de ser entendida, preferencialmente, a montante, nas suas raízes telúricas e familiares. Dizia seu filho, André, que sua Mãe não era nem brasileira, nem portuguesa, era *mineira*, aludindo à sua região natal, Estado de Minas Gerais. Sobre os vínculos profundos, – «coisas de que nos lembramos e que nos fazem ser» –, ainda mais consciencializados em momento de doença, confidenciava Maria Lúcia: «Passei ainda a dar mais valor a amizades, sentimentos, parentes de vários graus e outras coisas assim que, aliás, eu antes valorizava muito (...).» E esclarecia: «Toda a família me transmitiu histórias e mitos dos antepassados – daí o meu gosto pela família e pela vida familiar bem como o gosto por História propriamente dita. O passado meu e da família (...) é, para mim, uma espécie de templo de entrada livre e de portas sempre abertas».

¹ Professor universitário.

² **Lúcia Torres Lepecki** doutorada em Filologia Românica, veio para Portugal em 1970, iniciando a docência na Faculdade de Letras de Lisboa. Foi também professora visitante e conferencista em várias universidades portuguesas e estrangeiras. É autora de larga produção literária. Foi agraciada com o grau de comendadora da *Ordem de Santiago da Espada* e distinguida com o Grande Prémio de Ensaio Literário da Associação Portuguesa de Escritores (2004). Em sua homenagem foi editado o volume *A Primazia do Texto. Ensaio em Homenagem a Maria Lúcia Lepecki*, Ed. Esfera do Caos, Lisboa, 2011.

Não admira que se devotasse à literatura, mais por exercício vivencial do que por opção profissional de docência. Fazia da leitura o seu quotidiano cultural preferido: leitora dos livros de todos os tempos e de todas as tendências, mas também leitora da natureza, em passeio pelos campos, leitora das pessoas e dos acontecimentos, sobre os quais nunca se dispensava de emitir um juízo, todavia dela, jamais «alinhado».

Essa actividade literária tendeu, sobretudo nos últimos anos, para a *Bíblia*, embora observasse que foi preferência de sempre – «eu mexo com leitura de *Bíblia* há quinhentos anos», acrescentando: «encontrei o que fazer para o resto da vida, realmente uma bênção». O Antigo Testamento era a prioridade da sua atenção, mas notava: «Ora, eu não gostaria de chamar só de Antigo Testamento. Pois isso me fazia apagar séculos e séculos de reflexão e de criação poética e narrativa que foram e ainda são dos judeus. Então eu acho que devo referir ESCRITURAS HEBRAICAS/ANTIGO TESTAMENTO, para reconhecer a autonomia das primeiras em relação ao segundo. Essa autonomia não existe para os cristãos, mas existe para os judeus (...). Realmente me incomoda fazer de conta que tudo aquilo dos judeus é apenas uma espécie de “profecia” (me falta agora a melhor palavra) do Novo Testamento». O estudo da Bíblia fazia parte do reencontro reforçado e ampliado com as raízes culturais, as dela e as da humanidade. Formou e moderou um grupo – *o meu grupinho bíblico, o clube de leitura da Bíblia* – que, com certa regularidade, à noite, lia a *Bíblia*. Maria Lúcia tinha o cuidado de repisar que aí se fazia uma leitura simplesmente literária – estudos «para a gente curtir-los como literatura» –, propósito que, todavia, deve ser interpretado nos termos densos e abrangentes da sua ideia de literatura. Não há equivalências entre os livros e entre os leitores. Alimentando uns e outros privilegiadamente a cultura e sendo simultaneamente expressões dela, representam, todavia, a *Bíblia* sobremaneira, a actividade de superação, por aprofundamento, dos sedimentos da cultura, os quais não são começo, nem fim.

Maria Lúcia sintonizava particularmente com o Livro de Job, escolhido, no seu n.º 13, para o acto das suas exéquias, lido pelo filho André. Sei que Maria Lúcia desejava escrever um livro – um *livrinho* – sobre a *Bíblia*. Sei também que, nos últimos meses, tentava fundir dois cânticos, para ela eminentemente significativos: *Dies Israel Magnificat*. Não me foi possível averiguar se concluiu essa singular operação. Esperemos que sim. Ninguém melhor do que ela a poderia efectuar e, por isso, ninguém a pode substituir, porque tal conciliação é porventura o mistério exclusivo da vida de cada um. ■

UMA OBRA DE ARTE NA UCP

Curiosidades da Biblioteca Universitária João Paulo II

Alfredo Magalhães Ramalho¹

Nem sempre as peças mais interessantes, curiosas e procuradas de uma Biblioteca serão as mais antigas, raras ou monetariamente valiosas – com frequência existem outras, aparentemente mais humildes, e que por serem “únicas” acabam por afinal ser muito mais significativas para a riqueza e diversidade do acervo.

Há tempos, apareceu-nos aqui Maria Amélia Fortuna de Carvalho Antelo, uma senhora simpática, de certa idade, dizendo por uma forma quase envergonhada que ao desmanchar a casa do seu tio, Padre Ferrão, compositor e que por volta dos anos 30 fora capelão da hiperlisboeta Senhora da Saúde, ao Socorro, tinha descoberto uma coisita – que toda a gente achou ser uma velharia sem qualquer valor, mas que a ela lhe parecia interessante; vinha oferecê-la – se a BUJP quisesse, ficava feliz, se não quisesse... podíamos deitar fora, que era o destino que de qualquer modo lhe estava destinado!

Tratava-se de uma curiosíssima edição do *“Catecismo das Verdades Necessárias, composto em francês e ilustrado por S. Ex.^a Rev. m^a o Señr. D. A. Le Roy, bispo titular d’Alinda e Superior Geral da Congregação do Espírito Santo e do Imaculado Coração de Maria, e vertido em Português e Olunyaneka pelo P.e Manoel Gonçalves Braz, missionário”*, editado pela Missão Catholica do Real Padroado de Huilla em 1900!

Vinha um bocadinho dobrado, com algumas páginas vagamente rasgadas, mas completo: nada que um encadernador competente não pudesse remediar; lá foi para o dito encadernador, e voltou... sumptuoso, de capa azul escura como a noite de África, e completamente restituído à sua humilde frescura original.

É uma delícia! Parece que o tal de Olunyaneka é uma língua indiana do interior de Moçâmedes, em Angola; e que engraçado é ouvir dizer naquela algaraviada as tais “verdades necessárias” à salvação das nossas almas! Ora oiçam lá:

“Este livro não é como os outros. O seu Auctor é Deus, que o deu aos homens dos tempos primitivos; esses homens legaram-no à posteridade: e as gerações no-lo transmitiram”; pois, meus senhores, este preâmbulo quase banal, resulta na seguinte fantasia exótica: *“Omukanda ou hang’omikuavo. Evi vikahimo viatunda ku huku, evi amapere ovanthu v’ok’ohariale; avevibila v’ok’onyimqa; kuovo aviya n’okuonthue”*

E as estampas, que engraçadas: bem ao estilo ingenuamente sulphiciano da época, lá estão Jesus, muito loiro, a Sua Santa Mãe, de pele mais branquinha que a Branca de Neve, e os discípulos e as multidões a quem Ele se dirigia: europeus com ar ateniense ou viking, indianos de turbante, chineses de rabicho, índios da América e negros – estes obviamente de fardo às costas, ou a tocar tambor, para dar mais ritmo à pregação! Na gravura do Calvário, à volta da Cruz estão os indo-europeus e os chineses, do outro lado do rio o pessoal mais escurinho...

Parece que o catecismo exótico tinha sido trazido por José Braz Fortuna, um tio materno do Padre Ferrão e da Doadora, que andara embarcado lá pelas colónias... São estas, na verdade, as “Malhas que o Império tece”... O livro não será uma preciosidade – mas é fantástica a riqueza das leituras que permite: doutrina, linguística, iconografia, colonialismo, etnografia, missões, tipografias, interculturalidade, racismo... E temos a certeza de que não o vão encontrar em mais parte alguma! ■



“A Estampa representa Jesus a ensinar os homens, os mancebos e os velhos, os homens e as mulheres, os ricos e os pobres, oriundos de todas as raças, e falando todas as línguas; porque Elle é Pae e Senhor de todos, e quer salvar a todos. Uns o escutam, outros dão pouca atenção às suas palavras; estes se vão às suas occupaões, e aquelles talvez zombam d’Elle e o ultrajam. Assim serão tratados mais tarde os seus Missionários, como Elle mesmo o predisse.”

Em Olunyaneka: *“Sesu ulongesa ovanthu v’ovilongo aviho, nava vapopia omalaka aeho. Sese Ohamanene Tatekulu, Omunongo uatúho. Ualongehile, omanima etatu, ovotyri, otyetyi ahanda okututuala k’éulu. Aé muene Omupimphululi uetu.”*

Propriedade

Universidade Católica Portuguesa – Sociedade Científica
Palma de Cima – 1649-023 Lisboa
Tel.: 35 21 721 40 00 • Fax: 351 21 726 05 46
scientif@lisboa.ucp.pt • www.scucp.ucp.pt

Directora Maria Lúcia Garcia Marques

Revisão Paula Gonçalves

Digitalização de imagem DigiCult

Paginação e Impressão SerSilito

Depósito Legal N.º 74994/94

¹ Director da Biblioteca Universitária João Paulo II, UCP, Lisboa.